

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL PIAUIENSE
FACULDADE DAS ATIVIDADES EMPRESARIAIS DE TERESINA
CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

Estrutura curricular

Período	Atividades de Ensino - Aprendizagem (Componentes Curriculares)	CARGA HORÁRIA						
		Disciplinas			TCC	Estági o	Ativ. Compl.	Total
		Teórica	Prática	Subtotal				
1º	Ciência Política	80		80				80
	Filosofia Geral	40		40				40
	Introdução ao Direito	80		80				80
	Linguagem e Comunicação Jurídica	80		80				80
	Metodologia Científica	40		40				40
	Sociologia Geral e Jurídica	80		80				80
	Atividades Complementares						20	20
	Subtotal	400	0	400	0	0	20	420
2º	Antropologia Cultural	40		40				40
	Direito Civil I - Pessoas e Bens	80		80				80
	Direito Constitucional I	80		80				80
	Economia Política	40		40				40
	Hermenêutica Jurídica	40		40				40
	História do Direito	40		40				40
	Psicologia Forense	40		40				40
	Atividades Complementares						20	20
	Subtotal	360	0	360	0	0	20	380
3º	Direito Constitucional II	80		80				80
	Direito Civil II – Obrigações	80		80				80
	Direito Empresarial I	80		80				80
	Direito Penal I	80		80				80
	Teoria Geral do Processo	80		80				80
	Atividades Complementares						20	20
	Subtotal	400	0	400	0	0	20	420
4º	Direito Civil III – Contratos	80		80				80
	Mediação e Arbitragem	40		40				40
	Direito Empresarial II	80		80				80
	Direito Penal II	80		80				80
	Direito Processual Civil I	80		80				80
	Direitos Humanos	40		40				40
	Atividades Complementares						20	20
	Subtotal	400	0	400	0	0	20	420
5º	Direito Administrativo I	80		80				80
	Direito Civil IV- Coisas	80		80				80
	Direito Econômico e Financeiro	80		80				80
	Direito Penal III	80		80				80
	Direito Processual Civil II	80		80				80
	Atividades Complementares						20	20
	Subtotal	400	0	400	0	0	20	420
6º	Direito Civil V - Família	80		80				80
	Direito Penal IV	80		80				80
	Direito Processual Civil III	80		80				80
	Direito Processual Penal I	80		80				80

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL PIAUIENSE
FACULDADE DAS ATIVIDADES EMPRESARIAIS DE TERESINA
CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

	Direito Administrativo II	40		40				40
	Direito Ambiental	40		40				40
	Atividades Complementares						20	20
	Subtotal	400	0	400	0	0	20	420
7º	Direito Civil VI – Sucessões	80		80				80
	Direito do Trabalho I	80		80				80
	Direito Falimentar	40		40				40
	Direito Processual Penal II	40		40				40
	Prática Jurídica I – Civil			0		80		80
	Atividades Complementares						20	20
	Subtotal	240	0	240	0	80	20	340
8º	Direito do Trabalho II	40		40				40
	Direito Tributário	80		80				80
	Metodologia da Pesquisa Jurídica	40		40				40
	Filosofia Jurídica	40		40				40
	Ética Jurídica Geral e Profissional	40		40				40
	Direito do Consumidor	40		40				40
	Prática jurídica II - Administrativo e Empresarial			0		80		80
	Atividades Complementares						20	20
	Subtotal	280	0	280	0	80	20	380
9º	Direito Internacional Público e Privado	80		80				80
	Direito Processual do Trabalho	80		80				80
	Direito Previdenciário	40		40				40
	Monografia Jurídica			0	80			80
	Prática Jurídica III – Penal			0		80		80
	Atividades Complementares						20	20
	Subtotal	200	0	200	80	80	20	380
10º	Direito Processual Constitucional	40		40				40
	Processo Tributário (Exec.Fiscal e Proc. Administrativo)	40		40				40
	Optativa I	40		40				40
	Optativa II	40		40				40
	Prática Jurídica IV – Trabalho			0		80		80
	Atividades Complementares						20	20
	Subtotal	160	0	160	0	80	20	260
Total Geral		3240	0	3240	80	320	200	3840

Optativa	CH
Libras	40
Temas Especiais em Direito I	40
Temas Especiais em Direito II	40

Resumo	CH
Carga Horária Teórica	3240
Carga Horária Prática	0
Carga Horária (Teórica + Prática)	3240
Projeto Integrador	0
TCC	80
Estágio Supervisionado	320
Atividades Complementares	200
Carga Horária Total do curso	3840

Componentes Curriculares

Disciplinas

Período: PRIMEIRO

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
CIÊNCIA POLÍTICA	80 h	4	
Ementa:			
Ciência Política, Conceitos. O homem e a Sociedade. Origem e Evolução do Estado. Elementos do Estado. Estado Moderno. Estado Contemporâneo. A Soberania. Formas de Estado e Formas de Governo. Sistema Representativo. Sufrágio. Sistemas Eleitorais. Partidos Políticos. Função Social do Estado Contemporâneo.			
Objetivos:			
Compreender os conceitos básicos da Ciência Política e sua importância no contexto da formação jurídica. Conhecer a origem e evolução do Estado, seus elementos, suas formas, sua função social e os modos do exercício do seu poder. Entender as relações entre o Homem e a Sociedade. Identificar os sistemas eleitorais e o papel do sistema representativo, dos partidos políticos e do sufrágio para o exercício da Democracia.			
Habilidades e Competências:			
Compreensão De Política Como Ciência Dos Fenômenos Referentes Às Relações De Poder; Capacidade De Reflexão Crítica E Sensível, Bem Como De Abstração Metafórica.			
Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:			
Através do estudo da Teoria Geral do Estado, o futuro profissional do Direito poderá melhor compreender as transformações contemporâneas do conceito de Estado, a distinção entre autonomia e soberania; as distinções entre formas, sistemas e regimes de governo e o papel e as perspectivas contemporâneas em torno do Estado.			
Bibliografia Básica:			
MALUF, Sahid. Teoria geral do estado. 28. Ed. São Paulo: Saraiva, 2016. BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. 17 Ed. São Paulo: Malheiros, 2008. DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do Estado. 21 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.			
Bibliografia Complementar:			
BOBBIO, Norberto; et al. Dicionário de Política. 7. ed. Brasília: Editora UNB, 1995 BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia. 10. Ed. São Paulo: Paz e terra s/a, 2000. MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. São Paulo: Martins Fontes, 2004 . STRECK, Lenio Luiz; et al. Ciência política e Teoria do Estado. 9 Ed. Porto Alegre, Livraria do Advogado Editora, 2008.			

AZAMBUJA, Darcy. Introdução à ciência política. 2. ed. São Paulo: Globo, 2008.

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
FILOSOFIA GERAL	40	2	
Ementa:			
Filosofia Geral – Conceito e objetivo da Filosofia. O problema do conhecimento e do conhecimento filosófico. Filosofia e Ciências. Filosofia e Ética.			
Objetivos:			
Informar os conceitos fundamentais e a evolução histórica da Filosofia. Estudar os principais pensadores da Filosofia, de forma a compreender a evolução do pensamento filosófico. Correlacionar a Filosofia com a Ciência Jurídica de modo a estabelecer um aprofundamento na compreensão do fenômeno jurídico Analisar os problemas jurídicos da atualidade com base na crítica filosófica, objetivando a formação do pensamento crítico nos alunos			
Habilidades e Competências:			
Fazer com que o aluno compreenda os conceitos filosóficos básicos, instigando-o a uma crítica racional ao saber. Discutir os padrões éticos na sociedade atual, levando o aluno a perceber, pela constatação da evolução das teorias éticas contemporâneas, as modificações e novas significações da ética, analisando os problemas fundamentais do Direito na pós-modernidade à luz do saber filosófico			
Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:			
A filosofia do direito cria indagações, deixando de analisar somente o conhecimento positivo, passando a uma postura de crítica. Através desse posicionamento é que se chegará a um conhecimento mais completo e justo no que diz respeito não só à interpretação como a aplicação das leis.			
Bibliografia Básica:			
FERRAZ Jr., Tercio Sampaio. Teoria da norma jurídica: Ensaio de pragmática da comunicação normativa. 4. Ed. Rio de Janeiro, 2008. REALE, Migue. Filosofia do Direito. São Paulo: 20 Ed. Saraiva, 2009 ADEODATO, João Maurício. Filosofia do Direito. São Paulo, 5 ed.: Saraiva, 2005			
Bibliografia Complementar:			
COELHO, Luiz Fernando. Fumaça do bom direito: ensaios de filosofia e teoria do direito. Curitiba: Bonijuris / JM Editora, 2011. BITTAR, Eduardo C. B.; ALMEIDA, Guilherme Assis de. Curso de Filosofia do Direito. 4. Ed. São Paulo, 2006. LIMA, Francisco Meton Marques de. Pensando direito: fundamentos filosóficos do direito. Rio de Janeiro: GZ Editora. 2012. BOBBIO, Norberto. O positivismo jurídico: Lições de filosofia do direito. São Paulo: Ícone. 2006. LUMIA, Giuseppe. Elementos de teoria e ideologia do direito. São Paulo: Martins Fontes. 2003..			

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
INTRODUÇÃO AO DIREITO	80	4	
Ementa:			
Direito, Sociedade e Estado. Natureza e Cultura. Ciências afins do Direito. Noção de Direito: Origem do Direito. Definição e Elementos. Categorias Jurídicas. Lei e Norma Jurídica. Direito e Moral. Direito, Equidade e Justiça. Fontes do Direito: estatais e não estatais – Hermenêutica Jurídica e Aplicação do Direito. Direito Objetivo e Direito Subjetivo. Direito Positivo e Direito Natural. Relações Jurídicas: Sujeitos do Direito. Enciclopédia Jurídica: Direito Público e Direito Privado. Fundamentos do Direito: Principais Doutrinas Idealistas, Positivistas e Críticas. Noções de Administração da Justiça.			
Objetivos:			
<p>Conhecer os elementos essenciais ao estudo introdutório da Ciência do Direito numa noção global;</p> <p>Compreender o direito como objeto cultural na busca da justiça;</p> <p>Analisar a evolução da fundamentação do direito através das diversas doutrinas.</p> <p>Conhecer os conceitos jurídicos fundamentais do direito no universo do saber humano;</p> <p>Distinguir as normas jurídicas das regras morais e técnicas</p>			
Habilidades e Competências:			
<p>Compreensão adequada e interdisciplinar dos fenômenos políticos, sociais, econômicos, subjetivos e psicológicos, dentre outros, considerando-os na criação, interpretação e aplicação do Direito;</p> <p>Capacidade de reflexão crítica e sensível, bem como capacidade de abstração metafórica.</p>			
Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:			
Através do estudo da disciplina Introdução ao Direito, o futuro profissional do Direito adquirirá uma melhor formação geral, humanística e axiológica, desenvolverá capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania.			
Bibliografia Básica:			
<p>NADER, Paulo. Introdução ao estudo do direito. 33. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.</p> <p>REALE, Miguel. Lições preliminares de direito. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.</p> <p>DINIZ, Maria Helena. Compêndio de introdução ao estudo do direito. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.</p>			
Bibliografia Complementar:			
<p>SECCO, Orlando de Almeida. Introdução ao estudo do direito. 11.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2008.</p> <p>FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao estudo do direito. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2003.</p> <p>SÓFOCLES, Antígona, primeira edição L & PM Pocket, maio de 1999.</p> <p>WOLKMER, Antonio Carlos. Fundamentos de história do direito. 4.ed. Belo Horizonte: Del Rey. 2008.</p> <p>HART, Herbert L. A. O conceito de direito. 5.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2007.</p>			

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO JURÍDICA	80	4	
Ementa:			
Comunicação Jurídica. Argumentação no contexto jurídico. A análise semântica incorporada à redação jurídica. Prática de redação: elaboração de textos utilizando recursos da língua, objetivando: clareza, coerência, concisão e ênfase nas ideias; visão das dimensões sintáticas, semânticas e pragmáticas da expressão oral e escrita em Língua Portuguesa.			
Objetivos:			
Geral <ul style="list-style-type: none"> • Demonstrar conhecimentos teóricos sobre comunicação verbal, na área forense, e aplicar ao contexto jurídico o código linguístico adequado, de acordo com a norma culta da língua portuguesa. Específicos <ul style="list-style-type: none"> • Identificar os elementos da comunicação jurídica. • Reconhecer os níveis de linguagem em textos jurídicos. • Usar corretamente as funções da linguagem em textos jurídicos. • Desenvolver a competência comunicativa através da correta expressão oral e escrita. • Ler e interpretar textos para compreensão de idéias, a fim de formar juízo de valor. • Diferenciar brocardos jurídicos de expressões latinas. • Revisar regras gramaticais contextualizadas, para a construção de textos jurídicos bem estruturados. • Construir textos técnicos e literários aplicando o vocabulário jurídico aprendido. <p>Aplicar corretamente, em exercícios, as dificuldades mais comuns na escrita de textos jurídicos.</p>			
Habilidades e Competências:			
<p>UNIDADE I: Conceituar comunicação, identificando os seus elementos; Diferenciar comunicação oral e escrita; Citar os elementos constituintes do processo de comunicação.</p> <p>UNIDADE II: Relacionar as funções da linguagem, conforme Jakobson; Reconhecer os níveis de linguagem e os recursos expressivos em textos; Relacionar a função conativa ao discurso jurídico.</p> <p>UNIDADE III: Distinguir léxico de vocabulário; Distinguir sentido conotativo de sentido denotativo; Identificar em textos dados sinônimos, antônimos, parônimos e palavras polissêmicas relacionados com a área jurídica.</p> <p>UNIDADE IV: Identificar a regência correta dos principais verbos usados na comunicação forense; Superar dificuldades vocabulares na linguagem jurídica.</p> <p>UNIDADE V: Fazer a distinção entre texto, contexto e intertexto; Identificar os tipos mais comuns de intertextualidade; Parafrasear textos; Identificar em textos técnicos voltados ao direito a diferença entre coerência e coesão; Redigir textos, observando princípios de coesão e de coerência.</p> <p>UNIDADE VI: Redigir requerimentos e procurações seguindo a orientação do professor; Diferenciar frases com brocardos jurídicos de expressões latinas.</p>			
Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:			
A disciplina contribui com o Curso no sentido de fornecer as bases teóricas e práticas para a efetivação da comunicação por via oral ou escrita, uma vez que o bacharel em Direito necessitará adaptar sua linguagem para as mais variadas situações de uso em seu meio profissional, principalmente fazendo uso no seu dia a dia da língua portuguesa padrão.			
Bibliografia Básica:			

DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antonio. Curso de português jurídico. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
MEDEIROS, João Bosco; TOMASI, Carolina. Português forense: língua portuguesa para o curso de direito. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
SABBAG, Eduardo de Moraes. Manual de Português Jurídico. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
Bibliografia Complementar:
BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. Linguagem jurídica. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
HENRIQUES, Antonio. Prática da linguagem jurídica: solução de dificuldades, expressões latinas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
NASCIMENTO, Edmundo Dantes. Linguagem forense: a língua portuguesa aplicada à linguagem do foro. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. Teoria da norma jurídica: ensaios de pragmática da comunicação normativa. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense. 2006.
CARNEIRO, Maria Francisca. Pesquisa jurídica: Metodologia do aprendizagem, aspectos, questões e aproximações. 5. ed. Curitiba: Juruá, 2008.

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
METODOLOGIA CIENTÍFICA	40	2	
Ementa:			
Técnicas de estudo: organização, documentação e disciplina da vida acadêmica. Normas e elaboração de trabalhos científicos (ABNT): Trabalhos acadêmicos: definição, caracterização e estrutura. Ciência: racionalidade e objetividade; método científico e sua aplicação. tipos e características do conhecimento científico. Diretrizes para leitura: fases e técnicas da pesquisa bibliográfica. Análise e interpretação de textos científicos. Projeto de pesquisa, esquema artigo, resumo, resenha, relatório, ensaio, curriculum vitae, memorial e monografia.			
Objetivos:			
<ul style="list-style-type: none"> • Oferecer Instrumentos técnicos para o desenvolvimento de atividades de pesquisa acadêmico-científica. • Compreender as diversas concepções e abordagens do conhecimento científico. • Desenvolver técnicas de leitura e interpretação de textos diversos • Conhecer os diversos tipos de trabalhos científicos, suas particularidades e suas finalidades. • Conhecer os métodos e técnicas para a elaboração de trabalhos acadêmicos e científicos • Aplicar métodos e técnicas de elaboração de projetos de pesquisa científica. 			
Habilidades e Competências:			
UNIDADE I: Compreender as estratégias utilizadas na sistematização do processo de estudo, visando à aquisição do conhecimento científico.			
UNIDADE II: Conhecer as etapas de elaboração de trabalhos acadêmico-científicos.			
UNIDADE III: Compreender os conceitos, princípios e objetivos da ciência, do conhecimento e do método científico.			
UNIDADE IV: Compreender as etapas do planejamento e da execução de uma pesquisa científica.			
Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:			
A disciplina de Metodologia de Pesquisa é ferramenta fundamental na iniciação científica e no desenvolvimento de produções científicas pelos alunos que ingressam na Faculdade. Todavia, objetiva-se não apenas levar o aluno a elaborar projetos e a desenvolver trabalho de conclusão de			

curso ou um artigo científico, ela deve também levar o aluno a se comunicar de forma correta, inteligível, demonstrando um pensamento estruturado, plausível e convincente.

Bibliografia Básica:

ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à Metodologia do Trabalho Científico. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2006

Bibliografia Complementar:

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Informação e documentação – Referências – Elaboração. NBR 6023, Atualizada.

Gil, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23 ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2007.

Demo, Pedro. Introdução à metodologia da ciência. 2.ed. São Paulo: Atlas. 2008.

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
SOCIOLOGIA GERAL E JURÍDICA	80	4	
Ementa:			
<p>O pensamento sociológico. Aspectos históricos do desenvolvimento do pensamento sociológico. As Ciências Sociais e a Sociologia. Conceitos sociológicos fundamentais: ação social, relação social, processos sociais, instituição, socialização, estrutura social e mudança social. A sociedade de classes: características e processos básicos. Estratificação social e distribuição de renda. Estabilidade e mudança social. O homem urbano. Urbanização e Estratificação Social. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Direito e Sociologia. Função Social do Direito. Conceito Sociológico do Direito. Direito como Fato Social. Relações entre o Direito e a Realidade Social. Os grandes problemas da Sociologia do Direito. Direito e Controle Social. Direito e Solução dos Conflitos e Mudança Social.</p>			
Objetivos:			
<p>GERAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer as principais teorias desenvolvidas no campo das Ciências Sociais para que os futuros profissionais do Direito atuem com competência e criticidade diante da realidade social. <p>ESPECÍFICOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acessar os conceitos básicos da sociologia, tendo como referência os principais representantes das Ciências Sociais: Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber; • Apresentar o contexto histórico-social do surgimento e desenvolvimento do pensamento sociológico, assim como, sua especificidade metodológica; • Refletir sobre a importância das Instituições Sociais presentes nos diversos modelos de sociedades; • Debater as questões que emergem no cenário sócio-jurídico e cultural, destacando conflitos, desafios e perspectivas da atuação dos profissionais do Direito no cenário nacional. <p>Verificar nos estudos sociológicos o campo da sociologia jurídica para compreensão do Direito como fato social.</p>			
Habilidades e Competências:			

- Conhecer a Sociologia a partir de sua história e métodos.
- Avaliar o homem como sujeito cultural, a partir de conceitos básicos da sociologia.
- Desenvolver um pensamento crítico em relação à realidade social atual.
- Reconhecer e analisar as teorias e princípios que fundamentam a sociologia jurídica, destacando as implicações do conceito de Direito como fato social.

Desenvolver uma posição crítica quanto à realidade dos direitos e da democracia no mundo atual e no Brasil.

Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:

A disciplina de Sociologia faz parte dos conteúdos de formação fundamental do curso de Direito, que tem por objetivo integrar o estudante à área, a partir do estabelecimento de relações do Direito com outras áreas do saber. A Sociologia fornecerá ao discente uma formação geral e humanística, com a capacidade de análise e articulação de conceitos e argumentos, de interpretação e valorização dos fenômenos sociais, aliada a uma postura reflexiva e visão crítica que fomente a capacidade de trabalho em equipe, favoreça a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, além da qualificação para a vida, o trabalho e o desenvolvimento da cidadania.

Bibliografia Básica:

LAKATOS, Eva Maria. Sociologia Geral. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MACHADO NETO, Antônio Luís. Sociologia jurídica. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

OLIVEIRA, Pérsio Santos. Introdução à sociologia. 25. ed. São Paulo: Ática, 2007.

Bibliografia Complementar:

RODRIGUEZ, José Rodrigo; SILVA, Felipe Gonçalves. Manual de sociologia jurídica. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo: Martin Craret, 2001.

FORACCHI, Marialice Mencarini. Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HABERMAS, Jurgen. Direito e democracia: entre facticidade e validade. 2. Ed. v.1. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

Período: SEGUNDO

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
ANTROPOLOGIA CULTURAL	40	2	
Ementa:			
Teorias antropológicas, sistemas de representações e sistemas simbólicos da realidade brasileira. Conceituação e métodos de aplicação no campo profissional. Visão crítica do desenvolvimento dos estudos sobre o homem, através de sua cultura. Provocar reflexão a realidade sócio-cultural do mundo ocidental. Globalização e fragmentação da sociedade.			
Objetivos:			
<ul style="list-style-type: none">- Refletir a antropologia através do objeto de estudo, do método e do seu desenvolvimento.- Conhecer o processo de formação da identidade cultural brasileira.- Analisar os efeitos produzidos pela globalização no processo de identidade cultural.			
Habilidades e Competências:			
Conhecer o campo da Antropologia cultural, seu objeto de estudo, e entender a sua relação com as ciências afins, bem como a contribuição destas para o estudo antropológico. Apreender os conceitos de cultura e suas características, identificando-o no contexto brasileiro Capacidade de análise das matizes da cultura brasileira, caracterizando os traços culturais da formação da identidade cultural brasileira, e como estes interferem no comportamento social. Compreender como as normas culturais interferem no (não) cumprimento das normas jurídicas no Brasil.			
Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:			
A disciplina de Antropologia Cultural faz parte dos conteúdos de formação fundamental do curso de Direito, que tem por objetivo integrar o estudante à área, a partir do estabelecimento de relações do Direito com outras áreas do saber. A Antropologia fornecerá ao discente aplicação no campo profissional sobre o homem, através da sua cultura, em um mundo cada vez mais globalizado.			
Bibliografia Básica:			
MARCONI, Marina de Andrade. Antropologia: uma Introdução 10 Ed. São Paulo: Atlas, 2010. ASSIS, Olney Queiroz. Antropologia jurídica. São Paulo: Saraiva, 2016. HOEBEL E. Adamasson. Antropologia Cultural e Social. São Paulo: Cultrix, 2006.			
Bibliografia Complementar:			
GELLNER, Ernest. Antropologia e política: revoluções no bosque sagrado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1997. MELLO, Luiz Gonzaga de. Antropologia cultural: iniciação, teoria e temas. 13.ed. Petrópolis: Vozes. 2007. ARLT, Gerhard. Antropologia filosófica. Petrópolis: vozes, 2008. BOAS, Franz. Antropologia cultural. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. CASTRO, Celso. Textos básicos de antropologia. Rio de Janeiro: Zahar, 2016			

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
DIREITO CONSTITUCIONAL I	80	4	

Ementa:			
O Constitucionalismo. Direito Constitucional. Conceito de Constituição e suas Classificações. Poder Constituinte. Aplicabilidade, Eficácia e Classificação das Normas Constitucionais. Noções Gerais de Controle de constitucionalidade. Teoria Geral dos Direitos Fundamentais.			
Objetivos:			
<p>Compreender a importância do movimento constitucionalista e sua evolução para a consolidação do Direito Constitucional;</p> <p>Analisar a alocação científica do Direito Constitucional dentro da realidade maior que é o Direito;</p> <p>Conhecer os conceitos fundamentais da Teoria da Constituição e do Direito Constitucional;</p> <p>Conhecer os sentidos tradicionais de constituição que são importantes para a formação de uma conceituação de constituição;</p> <p>Analisar as várias classificações da constituição dentro da Teoria Constitucional;</p> <p>Conhecer a classificação e estrutura da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;</p> <p>Compreender os fundamentos da Teoria do Poder Constituinte, evidenciando a sua classificação e características;</p> <p>Conhecer as classificações das normas constitucionais associadas a sua aplicabilidade e eficácia;</p> <p>Conhecer os aspectos gerais e conceituais para criação de um controle de constitucionalidade dentro de um ordenamento jurídico;</p> <p>Compreender as estruturas e a dinâmica do controle de constitucionalidade no Brasil;</p> <p>Identificar as características da Teoria geral dos Direitos Fundamentais.</p>			
Habilidades e Competências:			
<ul style="list-style-type: none"> - compreensão adequada e interdisciplinar dos fenômenos políticos, sociais, econômicos, subjetivos e psicológicos, dentre outros, considerando-os na criação, interpretação e aplicação do Direito; - capacidade de reflexão crítica e sensível, bem como capacidade de abstração metafórica. 			
Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:			
O Direito Constitucional analisa a Constituição, que é a Lei Maior de um País e do qual decorrem todas as demais. Dessa forma o seu estudo possibilita a compreensão de que em todos os ramos do sistema jurídico, estarão presentes princípios que emanados da Constituição, que hão de guiar o entendimento, a interpretação e a aplicação de qualquer norma jurídica.			
Bibliografia Básica:			
SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 31 ed. São Paulo: Malheiros, 2008. LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2015. PAULO, Vicente & ALEXANDRINO, Marcelo. Direito Constitucional Descomplicado. 8 ed. São Paulo: Método. 2012.			
Bibliografia Complementar:			
MENDES, Gilmar; et all. Curso de Direito Constitucional. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2009. NOVELINO, Marcelo. Direito Constitucional. 5 ed. São Paulo: Método, 2011. BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 23.ed. São Paulo : Malheiros. 2008. GUERRA FILHO, Willis Santiago. Processo Constitucional e direitos fundamentais. 5.ed. São Paulo : Rcs. 2007. BULOS, Uadi Lammêgo. Curso de Direito Constitucional. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.			

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
ECONOMIA POLÍTICA	40	2	

Ementa:
Introdução geral às ciências Econômicas. A Teoria Econômica e a economia como ciência. Objeto da Ciência Econômica. Leis Econômicas. Evolução histórica das Escolas e Doutrinas Econômicas. Organização da atividade econômica. Fatores de Produção. Os sistemas econômicos. Estrutura de um Sistema Econômico. Fenômenos econômicos e sua dimensão política. Modos e relações de produção. O Setor Público. O Setor Financeiro e Monetário. O Setor Externo – Comércio Internacional. Estrutura de Mercado Real. Crescimento e desenvolvimento econômico.
Objetivos:
<p>Compreender os conceitos básicos da economia e seu funcionamento.</p> <p>Analisar a economia de maneira contextualizada, proporcionando a visualização dos seus fundamentos em situações concretas.</p> <p>Conhecer os conceitos fundamentais da ciência econômica;</p> <p>Conhecer as características fundamentais dos sistemas econômicos contemporâneos;</p> <p>Conhecer o processo de consolidação do capitalismo e o surgimento da “economia como ciência”;</p> <p>Conhecer o pensamento Liberal Clássico;</p> <p>Conhecer o pensamento Neoclássico;</p> <p>Identificar as características da Teoria da Soberania do Consumidor e a concorrência perfeita;</p> <p>Compreender as estruturas e a dinâmica dos mercados;</p> <p>Entender a Crise Econômica de 1929 e suas repercussões no processo de análise econômica;</p> <p>Conhecer a composição e a importância dos agregados macroeconômicos;</p> <p>Compreender os fundamentos da Teoria Monetária e do fenômeno da inflação;</p> <p>Conhecer os componentes e a estrutura do Balanço de Pagamentos;</p> <p>Compreender o processo de globalização e o pensamento neoliberal.</p>
Habilidades e Competências:
<ul style="list-style-type: none"> - compreensão adequada e interdisciplinar dos fenômenos políticos, sociais, econômicos, subjetivos e psicológicos, dentre outros, considerando-os na criação, interpretação e aplicação do Direito; - capacidade de reflexão crítica e sensível, bem como capacidade de abstração metafórica
Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:
A relação entre as disciplinas Direito e a Economia pode ser visualizada em diversas questões, pois os sistemas jurídicos ocasionam reflexos nos fatores que determinam o desempenho econômico e, assim, quanto aos temas que possuem efeitos socioeconômicos, mostra-se oportuna a abordagem multidisciplinar, a qual propicia a eficiência econômica e o desenvolvimento social.
Bibliografia Básica:
<p>GASTALDI, J. Patreli. Elementos de economia política. São Paulo: Saraiva.</p> <p>GREMAUD, Amaury Patrick. Manual de economia. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.</p> <p>ROSSETTI, J. Paschoal. Introdução à economia. 20 ed. São Paulo: Atlas, 2007.</p>
Bibliografia Complementar:
<p>CARDOSO, Eliana. Economia brasileira ao alcance de todos. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.</p> <p>GARCIA, M. E. ; VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval de. Fundamentos de economia. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.</p> <p>HUGON, Paul. História das doutrinas econômicas. 14 ed. São Paulo: Atlas, 1995.</p> <p>LANZANA, Antonio Evaristo Teixeira. Economia brasileira: fundamentos e atualidade. 3.ed. São Paulo: Atlas. 2005.</p> <p>GREMAUD, Amaury Gremaud . Manual de introdução à economia. São Paulo - SP. São Paulo - SP: Saraiva. 2006.</p>

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
HERMENEUTICA JURÍDICA	40	2	
Ementa:			
Caracterização da hermenêutica jurídica. Aplicação e interpretação das leis: teorias. Tipos de interpretação. Interpretação gramatical. Interpretação teleológica. Interpretação sistemática. Interpretação constitucional. Hermenêutica e pluralismo jurídico.			
Objetivos:			
Compreender os Fundamentos e os Princípios Gerais da Hermenêutica Jurídica; Reconhecer o Problema da Interpretação na Teoria do Conhecimento; Identificar as Diferentes Formas de Interpretação das Leis.			
Habilidades e Competências:			
. Habilidades: entender a estrutura geral da Hermenêutica. Competências: identificar o conceito, atrelando-o com o uso da interpretação. Domínio: diferenciar a Hermenêutica da Interpretação. 2. Habilidades: distinguir e identificar as Escolas; Competência: identificar a relação jurídico-interpretativa; Domínio: dominar os tipos de interpretação com os seus métodos; Saber o real papel do magistrado, diante da Hermenêutica. 3. Habilidades: entender e interpretar o uso da Lei de Introdução ao Código Civil; Competências: identificar o tipo de Analogias. Domínio: entender de uma maneira geral o subsídio da Hermenêutica. 4. Habilidades: identificar a Hermenêutica no direito positivo; Competências: observar a Hermenêutica Constitucional como subsídio do direito. Domínio: conhecer e identificar a Hermenêutica Constitucional.			
Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:			
A disciplina hermenêutica jurídica contribui para com a formação humanista do futuro agente jurídico, pela apresentação das noções fundamentais do conhecimento do direito de caráter propedêutico, instrumental e epistemológico, bem estimula o desenvolvimento do raciocínio jurídico por meio de formulações teóricas e a capacidade de articular conceitos e argumentos, teoria e prática e de solucionar os desafios da nossa sociedade, de acordo com os princípios da ética e da justiça como valores humanos.			
Bibliografia Básica:			
STRECK, Lênio Luiz. Hermenêutica Jurídica e(em) crise.8 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009. MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e Aplicação do Direito. 19 ed. Rio de Janeiro. Forense, 2004. SOARES. Ricardo. Hermenêutica e Interpretação Jurídica. 2 ed. Saraiva, 2015.			
Bibliografia Complementar:			
FRANÇA. R. Limongi. Hermenêutica jurídica. 8 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008. CAMARGO, Margarida Maria Lacombe. Hermenêutica e argumentação: uma contribuição ao estudo do Direito. 3.ed. Rio de Janeiro: Renovar. 2003. SALDANHA, Nelson. Ordem hermenêutica. 2.ed. Rio de Janeiro: Renovar. 2003. HABERLE, Peter. Hermenêutica constitucional: A sociedade aberta dos intérpretes da constituição: contribuição para a interpretação pluralista e "procedimental" da constituição. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris. 1997. ECO, Humberto. Os limites da Interpretação. São Paulo: Perspectiva, 2000.			

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
HISTÓRIA DO DIREITO	40	2	
Ementa:			
Conceituação e Objetivo da História do Direito. Direito Primitivo: Controle Social e Práticas Primitivas. Legislação Oriental: Código de Hammurabi e legislação Hebraica. Legislação Asiática: Código de Manu. O Direito na Grécia Antiga. Roma e o Direito Romano. Europa Medieval e o Direito Canônico. História do Direito Brasileiro.			
Objetivos:			
1. Analisar os principais códigos e leis da humanidade; 2. Compreender o direito Romano; 3. Identificar o legado do Direito Medieval; 4. Demonstrar a evolução do Direito Moderno; 5. Estabelecer as fontes e a evolução do Direito Nacional.			
Habilidades e Competências:			
Permitir entendimento da origem do Direito Identificar os pressupostos jurídicos existentes no Direito Medieval Compreender os elementos na formação do Direito Moderno Aprofundar os aspectos históricos do Direito Brasileiro Permitir estudos sobre evolução das Constituições no Brasil			
Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:			
Possibilitar a compreensão da história do Direito, de forma a proporcionar ao profissional do Direito a fundamentação adequada, para a argumentação do papéis que ele desempenhados. Viabilizar a interpretação e aplicação do Direito; - pesquisa e utilização das fontes do Direito, bem como a sua permanente compreensão e aplicação.			
Bibliografia Básica:			
WOLKMER, Antônio Carlos. Fundamentos de História do Direito. 4 ed. Belo Horizonte: Del Rey. 2008. NASCIMENTO, Walter Vieira do. Lições de História do Direito. 15 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008. PALMA, Rodrigo Freitas. História do direito. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.			
Bibliografia Complementar:			
CHÂTELET, François. História das idéias políticas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2000. WOLKMER, Antônio Carlos. História do Direito no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense. 2005. CASTRO, Flávia Lages de. História do Direito: Geral e Brasil. 8 ed. Rio de Janeiro: Lumes Júris. 2011. GAVAZZONE, Aluisio. História do direito: dos sumérios até a nossa era. 3.ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos. 2005. DEMO, Wilson. Manual de história do direito. 3.ed. Tubarão. Barcelona: Editorial Studium. 2004.			

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
PSICOLOGIA FORENSE	40	2	
Ementa:			
Introdução à Psicologia. Funções Psicológicas Superiores (ênfase no desenvolvimento da personalidade). Psicopatologias. Conceito, Métodos e Campos de Aplicação da Psicologia Forense. Perícias psicológicas, o Sistema Penitenciário Brasileiro e suas implicações psicológicas, práticas de delitos. Metodologias de trabalho nos casos de adoção, o atendimento à criança e ao adolescente, separações judiciais e modificações de guarda de filhos.			
Objetivos:			
Compreender a interrelação entre a Psicologia e a área do Direito, dentro da perspectiva forense. Contribuir para a formação de um profissional conhecedor do comportamento humano e de suas singularidades.			
Analisar os fenômenos psicológicos presentes na área do Direito no intuito de fornecer uma vivência teórico – prática da realidade plural e principalmente regional desses fenômenos.			
Habilidades e Competências:			
Utilizar os conceitos básicos da Psicologia adequando-os ao contexto jurídico Compreender o comportamento humano no cotidiano e nas relações profissionais. Analisar a personalidade e comportamentos humanos, necessários à compreensão do alvo primeiro do processo: as relações humanas. Caracterizar o desenvolvimento da personalidade criminosa. Aquisição de conhecimentos sobre os transtornos mentais e sua relação com a imputabilidade e inimputabilidade penal. Refletir acerca da dinâmica da Psicologia Forense conflitos jurídicos em suas perspectivas psicológicas, em prol da celeridade processual.			
Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:			
Na aplicação das leis e normas que implicam a conduta humana, diferentes tipos de comportamento devem ser avaliados em termos das suas conseqüências, quer na forma de civil ou criminal. Estes mesmos comportamentos devem ser avaliados de acordo com fatores cognitivos e motivacionais que sustentam a conduta do indivíduo. A Psicologia Jurídica ou Forense incide especificamente sobre os aspectos cognitivos e comportamentais e de como estas ações afetam a terceiros. A Psicologia é, portanto, a disciplina específica que pode ajudar a julgar o comportamento humano em um sentido jurídico.			
Bibliografia Básica:			
PINHEIRO, Carla. Psicologia Jurídica. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2016. MIRA Y LOPES, E. Manual de Psicologia Jurídica. 2 ed. Campinas: LZN, 2008. BRAGHIROLI, Eliane Maria. Psicologia Geral. 27 ed. Petrópolis: Vozes editora, 2007.			
Bibliografia Complementar:			
CAIRES, Maria Adelaide de Freitas. Psicologia Jurídica. São Paulo: Vetor, 2003. MARANHÃO, Odon Ramos. Psicologia do Crime. 2 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2008. EÇA, Antônio José. Roteiro de Psicopatologia Forense. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008. TRINDADE, Jorge. Manual de Psicologia Jurídica para operadores de direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2004. JESUS, Fernando de. Psicologia aplicada à justiça. 2.ed. Goiânia: Ab. 2006.			

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
DIREITO CIVIL I – PESSOAS E BENS	80	4	
Ementa:			
Teoria Geral do Direito Civil. Normas Constitucionais Aplicáveis. Das pessoas. Personalidade. Capacidade. Ausência. Domicílio. Dos Bens e sua Classificação. Fatos Jurídicos. Negócio Jurídico: Conceito, Modalidades, Vícios, Ineficácia e Invalidade, Prescrição e Decadência.			
Objetivos:			
<p><u>I OBJETIVOS GERAIS:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Apresentar a Lei Civil, sob o ponto de vista propedêutico do direito, aporte do positivismo jurídico, através da demonstração de sua importância fundamentada na Teoria Geral – elemento propulsor da codificação privada brasileira - classificação, fontes, características, evolução histórica; - Fornecer embasamento teórico suficiente para demonstrar a aplicação da Lei Civil na prática, moldadas no contexto atual, visto que, seus princípios, estabelecem e regulam a vida social, impedindo a desordem, protegendo e resguardando os direitos e a liberdade das pessoas, e a moral pública em face da nova ordem que se instala no país. <p><u>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Enfatizar a importância da Codificação Civil Brasileira e suas raízes, para a compreensão do modelo Jurídico atual como técnica capaz de equilibrar as relações Privadas, interpretando e aplicando a lei correta, no âmbito dessas relações; - Analisar o conteúdo da legislação aplicável no que diz respeito aos sujeitos de direito, suas generalidades e especificidades, ou seja, em relação às pessoas naturais – concepção do plano de existência - personalidade, capacidade, emancipação, ausência, bem como os elementos essenciais dos negócios jurídicos – defeitos, nulidades, validade e eficácia, além dos aspectos que envolvem as pessoas jurídicas – bens, domicílio e domínio, além de apreender as regras e os efeitos da prescrição e da decadência – causas impeditivas, suspensivas, interruptivas e prazos. 			
Habilidades e Competências:			
<ul style="list-style-type: none"> - compreensão adequada e interdisciplinar dos fenômenos políticos, sociais, econômicos, subjetivos e psicológicos, dentre outros, considerando-os na criação, interpretação e aplicação do Direito; - capacidade de reflexão crítica. 			
Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:			
A disciplina Direito Civil I serve como base do conhecimento do bacharel em Direito, sendo indispensável para sua formação e para os processos de conhecimento do conjunto de normas que regem as relações jurídicas concernentes as relações de Direito Civil, bem como para diversos outros ramos do Direito.			
Bibliografia Básica:			
<p>GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: Parte Geral. V.1. São Paulo: Saraiva, 2015.</p> <p>DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.</p> <p>VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil : Parte Geral. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p>			
Bibliografia Complementar:			
DINIZ, Maria Helena. Código Civil Anotado. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2006			

GAGLIANO, Pablo Stolze . Novo Curso de Direito Civil: Parte Geral.10 ed. v. 1. São Paulo: Saraiva, 2008.

NADER, Paulo. Curso de direito civil: parte geral. Rio de Janeiro : Forense. 2008.GOMES, Orlando. Introdução ao direito civil. 19.ed. Rio de Janeiro: Forense. 2008.

MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de direito civil: parte geral. 41.ed. São Paulo: Saraiva. 2007.

GOMES, Orlando. Introdução ao direito civil. 19.ed. Rio de Janeiro: Forense. 2008. QUANT. 9 (5/2008 IJET – 4/2008)

Período: TERCEIRO

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
DISCIPLINA: DIREITO CONSTITUCIONAL II	80	4	
Ementa:			
Direitos individuais e coletivos. Direitos Sociais. Direitos Políticos. Direitos de Nacionalidade. Organização do Estado. Poder Legislativo. Poder Executivo. Ordem Econômica e Social.			
Objetivos:			
Compreender a dinâmica e importância dos direitos fundamentais na Constituição Brasileira; Analisar de forma detalhada os direitos fundamentais expressos e implícitos na Constituição Brasileira; Conhecer a estrutura organizacional do Estado brasileiro delineado na Constituição Brasileira; Conhecer a estrutura normativa e organizacional do Poder Legislativo no Brasil; Analisar a estrutura normativa e organizacional do Poder Executivo no Brasil; Identificar a ordem econômica e social tratada pela Constituição Brasileira.			
Habilidades e Competências:			
- compreensão adequada e interdisciplinar dos fenômenos políticos, sociais, econômicos, subjetivos e psicológicos, dentre outros, considerando-os na criação, interpretação e aplicação do Direito; - capacidade de reflexão crítica e sensível, bem como capacidade de abstração metafórica.			
Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:			
Estudar Direito Constitucional é analisar a Constituição, bem como, compreender que em todos os ramos do sistema jurídico, estarão presentes princípios que emanados da Constituição, hão de guiar o entendimento, a interpretação e a aplicação de qualquer norma jurídica.			
Bibliografia Básica:			
LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2010. PIETRO, Maria Sylvia Zanella di. Direito Administrativo. 20 ed. São Paulo: Atlas, 2007. BRASIL. Constituição da república federativa do Brasil . Brasília: Senado Federal. 2015.			
Bibliografia Complementar:			
MENDES, Gilmar; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Malheiros, 2008. SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 30 ed. São Paulo: Malheiros, 2008. GUERRA FILHO, Willis Santiago. Processo Constitucional e Direitos Fundamentais. São Paulo: Celso Bastos Editor, 2007. MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 24 ed. São Paulo, Atlas, 2009.			

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
DIREITO CIVIL II - Obrigações	80	4	
Ementa:			
Obrigação: noção, conceito e elementos essenciais. Fontes. Modalidades das obrigações.			

Obrigações de dar fazer e outras espécies. Obrigações divisíveis e indivisíveis. Obrigações solidárias. Cláusula Penal. Pagamento. Pagamento por consignação e com sub-rogação: Imputação no pagamento. Novação. Compensação. Transação e Compensação. Transação e Compromisso. Confusão e Remissão de dívidas. Pagamento indevido. Mora. Inexecução das obrigações. Caso Fortuito e Força maior. Execução Compulsória. Transferência das obrigações. Cessão de Créditos. Cessão de débitos.
Objetivos:
<p>Caracterizar a relação jurídica obrigacional, especialmente nos contextos mais atuais.</p> <p>Classificar e caracterizar as diversas espécies de obrigações.</p> <p>Demonstrar e compreender o nascimento e os modos de extinção da obrigação no direito privado.</p> <p>Assinalar as formas de transmissão das obrigações.</p> <p>Demonstrar aplicação do direito das obrigações como fonte das relações jurídicas privadas.</p>
Habilidades e Competências:
Compreensão adequada e interdisciplinar dos fenômenos políticos, sociais, econômicos, subjetivos e psicológicos, dentre outros, considerando-os na criação, interpretação e aplicação do Direito. Capacidade de reflexão crítica e sensível, bem como capacidade de abstração metafórica.
Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:
A disciplina Direito Civil II serve como base do conhecimento do bacharel em Direito, sendo indispensável para sua formação e para os processos de conhecimento do conjunto de normas que regem as relações jurídicas concernentes as relações de Direito Civil, bem como para diversos outros ramos do Direito.
Bibliografia Básica:
<p>GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações 13 ed. V. II. São Paulo: Saraiva, 2016.</p> <p>RODRIGUES, Sílvio. Direito civil: Parte geral das obrigações. 30 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.</p> <p>VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p>
Bibliografia Complementar:
<p>GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil: obrigações. v. 2. São Paulo: Saraiva. 2008.</p> <p>DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações. 29.ed. São Paulo: Saraiva. 2014.</p> <p>GOMES, Orlando. Obrigações. 17.ed. Rio de Janeiro: Forense. 2007.</p> <p>PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil: teoria geral das obrigações. 21.ed. Rio de Janeiro: Forense. 2008.</p> <p>MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de direito civil: direito das obrigações. 33.ed. São Paulo: Saraiva. 2007.</p>

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
DIREITO EMPRESARIAL I	80	4	

Ementa:
Noções sobre Empresa. O empresário. Conceitos econômico e jurídico de Empresa. Direito empresarial: noções gerais, histórico. Teoria da Empresa. Direito Empresarial. Empresa. Empresário Individual. Natureza jurídica. Condições. Impedimentos. Registros. Sociedades Empresariais. Propriedade Industrial.
Objetivos:
<p><u>OBJETIVOS GERAIS</u></p> <p>Fornecer embasamento teórico suficiente para demonstrar a importância desse ramo do direito, bem como sua evolução histórica e legislativa. Identificar as múltiplas necessidades da tutela jurídica dos empresários e das empresas. Entender o sistema empresarial e sua relação com o Direito.</p> <p><u>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</u></p> <p>a) Fazer uma análise das normas estabelecidas no Código Civil relativas ao Direito Empresarial</p> <p>b) Conhecer os institutos básicos da disciplina Direito Empresarial</p> <p>c) Compreender as teorias dos atos de comércio e da empresa sob a nova tendência doutrinária</p> <p>d) Analisar a jurisprudência dominante</p> <p>e) Praticar situações simuladas a fim de fazer o estudante de direito aprender o conteúdo da disciplina.</p>
Habilidades e Competências:
<p>Contextualização da disciplina/Interpretação/linguagem e história.</p> <p>Abstração de conceitos próprios do direito empresarial/análise e identificação de uma empresa/ conceitos legais e principiológicos.</p> <p>Reconhecimento do empresário/ manejo das normas/orientação e elaboração</p> <p>Identificação e distinção das diversas sociedades.</p> <p>Abstração das características de cada sociedade.</p> <p>Reconhecimento da sociedade como um sujeito de relação jurídica, mesmo quando encontra-se irregular para o direito.</p> <p>Valorização do nome da empresa/identificação e formação deste/ a proteção enquanto existe no mundo jurídico.</p> <p>Identificação dos elementos presentes na organização de uma empresa/ a importância e significado de cada um deles/a disposição de cada um deles.</p> <p>Identificação dos elementos presentes na organização de uma empresa/ a importância e significado de cada um deles/a disposição de cada um deles.</p>
Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:
<p>O Direito Empresarial é hoje um tópico de extrema relevância para as organizações, em decorrência das óbvias consequências que as decisões nessas áreas podem trazer para a governabilidade, a prevenção de problemas, a reputação, a solidez das parcerias e o desempenho financeiro das empresas. A organização moderna, na busca de minimização dos riscos jurídicos e tributários, precisa de vigilância atenta e de aconselhamento seguro por parte de profissionais qualificados nessas duas áreas, que tenham visão prospectiva e estratégica e percepção aguda de ameaças e oportunidades que podem advir do ambiente legal e regulatório. Este curso preparará profissionais para essa função estratégica.</p>
Bibliografia Básica:
<p>COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de direito Comercial. 26 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.</p> <p>REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. 25 ed. v. 1. São Paulo: Saraiva, 2008.</p> <p>BRASIL. Código civil brasileiro e legislação correlata. 4.ed. Brasília: Senado Federal. 2012.</p>
Bibliografia Complementar:
<p>DINIZ, MARIA HELENA. O CÓDIGO CIVIL ANOTADO. 10 ED. SARAIVA: 2006.</p> <p>RUSSO, LUIZ R.R. COMO ALTERAR CONTRATOS SOCIAIS: MANUAL DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL E ADEQUAÇÃO AO NOVO CÓDIGO CIVIL. SÃO PAULO: ATLAS, 2004.</p> <p>COELHO, FABIO ULHOA. CURSO DE DIREITO COMERCIAL: CONTRATOS, RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS. 8 ED. V.3. SARAIVA, 2014.</p>

FAZZIO JÚNIOR, WALDO. MANUAL DE DIREITO COMERCIAL. 9.ED. SÃO PAULO : ATLAS. 2008.
 MAMEDE, GLADSTON. MANUAL DE DIREITO EMPRESARIAL. 2.ED. SÃO PAULO: ATLAS. 2007.

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
DIREITO PENAL I	80	4	
Ementa:			
Introdução: noções gerais e evolução do direito penal. Teoria e interpretação da norma penal. Aplicação da norma penal. Teoria e tratamento jurídico da infração penal. Tipicidade. Ilícitude ou antijuridicidade. Culpabilidade. Concurso de pessoas.			
Objetivos:			
Compreender os conceitos básicos Do Direito Penal I; Apreender o conhecimento sobre os princípios e os institutos do Direito Penal, identificando os aspectos teóricos, dogmáticos e normativos do presente objeto. Identificar os critérios para interpretação e aplicação da norma penal, desenvolvendo uma visão crítica. Conhecer os elementos básicos da infração penal, compreendendo o respectivo tratamento jurídico-normativo. Aprender o manuseio correto e preciso do Código Penal Brasileiro			
Habilidades e Competências:			
- Compreensão adequada e interdisciplinar que envolvem o Direito Penal. - Capacidade de reflexão crítica e sensível, bem como capacidade de abstração metafórica.			
Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:			
Estudar Direito Penal é estudar a proteção dos bens mais importantes e necessários para a própria sobrevivência da sociedade. Com o Direito Penal, visa-se tutelar todos os bens que, segundo um critério político, variam de acordo com as mutações experimentadas pela própria sociedade, merecem fazer parte daquele pequeno círculo que, por serem extremamente valiosos, não sob o ponto de vista econômico, mas sim sob o enfoque político, não podem ser suficientemente protegidos pelos demais ramos do Direito.			
Bibliografia Básica:			
CAPEZ, FERNANDO. CURSO DE DIREITO PENAL: PARTE GERAL. 20 ED. V. 1. SÃO PAULO. SARAIVA: 2016. MIRABETE, JULIO FABBRINI. MANUAL DE DIREITO PENAL: PARTE GERAL. 24.ED. SÃO PAULO: ATLAS. 2007. GRECO, ROGÉRIO. CURSO DE DIREITO PENAL: PARTE GERAL. 14 ED. RIO DE JANEIRO: IMPETUS, 2009.			
Bibliografia Complementar:			
BITENCOURT, Cezar. Tratado de direito penal: Parte geral. 19. ed. V. 1. São Paulo: Saraiva, 2017. STEFAM, André. Direito Penal: Parte geral (arts. 1º a 120) . 4ed. v. 1. São Paulo: Saraiva, 2015. LOPES, Jair Leonardo. Curso de direito penal. 4.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2005. BATISTA, Nilo. Introdução crítica ao direito penal brasileiro. 10.ed. Rio de janeiro: Revan. 2005. FRAGOSO, Heleno Cláudio. Lições de direito penal: parte geral. 17.ed. Rio de Janeiro: Forense. 2006.			

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
TEORIA GERAL DO PROCESSO	80	4	
Ementa:			
Introdução ao direito processual: a relação entre direito e sociedade. Conflitos de interesses e lide. Métodos de solução de conflitos. Norma processual: conceito, natureza, fontes, interpretação, eficácia da lei processual no tempo e no espaço. Princípios gerais do direito processual. Da Jurisdição: conceito, princípios, características, espécies, classificação. Órgãos do Poder Judiciário. Da ação: conceito, natureza jurídica, teorias da ação, condições da ação, elementos da ação, classificação das ações. Competência: conceito, critérios de determinação da competência, competência absoluta e relativa, prorrogação da competência, conexão, continência, prevenção e perpetuação da jurisdição. A regra da translatio iudicis. Do processo: conceito e natureza jurídica. Processo e procedimento. Teorias processuais. Sujeitos do processo. Teoria dos atos processuais: tempo, lugar e forma. Invalidades processuais.			
Objetivos:			
Compreender os conceitos básicos sobre direito processual. Analisar a jurisprudência dos tribunais superiores em material processual. Conhecer os conceitos fundamentais do sistema processual civil brasileiro. Conhecer os institutos básicos do direito processual. Conhecer a estrutura do Poder Judiciário no Brasil. Conhecer o pensamento doutrinário acerca do direito processual. Identificar os principais pontos sobre o tema no novo código de processo civil. Compreender a estrutura dos tribunais; Entender o trâmite processual. Conhecer a composição dos tribunais superiores; Compreender as principais diferenças entre os modelos processuais.			
Habilidades e Competências:			
-compreensão adequada e interdisciplinar do direito processual brasileiro. - capacidade de reflexão crítica e sensível, bem como capacidade de abstração metafórica.			
Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:			
A disciplina TGP introduz o aluno no universo processual, sendo indispensável para sua formação e para os processos de conhecimento do conjunto de normas que regem as relações jurídicas concernentes as relações Processuais, bem como para diversos outros ramos do Direito.			
Bibliografia Básica:			
CINTRA, Antônio Carlos Araújo; DINAMARCO, Cândido Rangel; Grinover, Ada Pellegrini. Teoria geral do processo. 31. ed. São Paulo: Malheiros, 2015. ROCHA, José de Albuquerque. Teoria geral do processo. 10 .ed. São Paulo: Atlas, 2009. CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. Teoria geral do processo. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2014.			
Bibliografia Complementar:			
MARINONI, Luiz Guilherme. Teoria geral do processo. 3.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2008. ALVIM, J. E. Carreira. Teoria geral do processo. 11.ed. Rio de Janeiro: Forense. 2006. BARROSO, Carlos Eduardo Ferraz de Matos. Teoria geral do processo e processo do conhecimento. 9.ed. São Paulo: Saraiva. 2008. MARTINS, Sergio Pinto. Teoria geral do processo. São Paulo: Saraiva. 2016.ROSA, José Maria; THAMAY, Rennan Faria Kruger. Teoria Geral do Processo - em conformidade com o Novo CPC. Rio de Janeiro: Forense, 2015			

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras linhas de direito processual civil**, volumes I e II. São Paulo: Saraiva, 2007.

Período: QUARTO

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
DIREITO CIVIL III - Contratos	80	4	
Ementa:			
Contratos: Teoria Geral dos Contratos. Classificação dos contratos. Intervenção do Estado. Da Interpretação e conclusão dos contratos. O princípio da boa-fé. Da formação dos contratos. Contratos bilaterais. Das estipulações em favor de terceiros. Promessa de fato de terceiro. Os vícios redibitórios. Da evicção. Dos contratos aleatórios. Da resolução por onerosidade excessiva. Responsabilidade civil contratual. Contratos em espécie.			
Objetivos:			
<ul style="list-style-type: none">- Expor e demonstrar a teoria e a evolução geral dos contratos.- Ressaltar a importância da figura do contrato no direito civil e na vida em sociedade.- Caracterizar a relação jurídica contratual, especialmente nos contextos atuais.- Classificar as espécies de contratos.- Demonstrar e compreender o nascimento e os modos de extinção dos contratos.- Demonstrar aplicação do direito contratual como fonte das relações jurídicas privadas.- Definir a responsabilidade civil dentro do direito contratual.			
Habilidades e Competências:			
<ul style="list-style-type: none">- Demonstrar a importância dos contratos para as relações jurídicas e sociais.- Identificar os elementos do contrato quando da sua formação, apresentando-o como fonte de obrigações.- Analisar os princípios básicos da relação contratual.- Discutir a intervenção estatal nas relações contratuais e a possibilidade de revisão do contrato.- Identificar as formas de classificação dos contratos no intuito de facilitar sua compreensão a partir de critérios pré-determinados.- Demonstrar a aplicação prática deste conhecimento como ferramenta facilitadora da compreensão do vínculo obrigacional.- Discutir a formação do contrato como negócio jurídico decorrente da manifestação de vontade das partes.- Conhecer o sentido, as particularidades e as regras de interpretação do contrato.- Obter os instrumentos necessários para uma correta compreensão e elaboração dos contratos.- Estudar as formas de desfazimento e extinção dos contratos, bem como as repercussões jurídicas.- Mostrar que excepcionalmente o contrato pode gerar efeitos para terceiros alheios a relação jurídica-base.- Demonstrar que as relações contratuais estão asseguradas contra vícios ou defeitos ocultos que diminuem o valor ou prejudiquem a utilização da coisa ou a prestação do serviço.- Discutir a possibilidade do adquirente da coisa perdê-la por força de sentença judicial ou ato administrativo que reconheceu o direito anterior de um terceiro.- Identificar e compreender as diversas espécies contratuais previstas no Código Civil.- Conhecer as características quanto à formação de cada contrato, bem como a importância do seu conhecimento para a prática jurídica e social.			
Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:			
A disciplina Direito Civil III serve como base do conhecimento do bacharel em Direito sendo indispensável para sua formação e para os processos de conhecimento do conjunto de normas que regem as relações jurídicas concernentes as relações de Direito Civil, bem como para diversos outros ramos do Direito.			
Bibliografia Básica:			

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito das obrigações: contratos. 13 ed. v. 6. São Paulo: Saraiva, 2016.
 RODRIGUES, Silvio. Direito civil: dos contratos e das declarações unilaterais da vontade. 28.ed. São Paulo: Saraiva. 2002
 VENOSA, Silvio de Salvo. Direito civil: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos. 13.ed. V. 2. São Paulo: Atlas, 2013.

Bibliografia Complementar:

GAGLIANO, Pablo Stolze: Novo curso de direito civil: (abrangendo o código de 1916 e o Novo Código Civil). São Paulo: Saraiva, 2008.
 DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro. v. 3. 24 ED. São Paulo: Saraiva, 2008.
 GOMES, Orlando. Contratos. 26.ed. Rio de Janeiro: Forense. 2008.
 FARIAS, Cristiano Chaves de. Curso de direito civil.: Contratos. V. 4. Rio de Janeiro: Juspodivm, 2014.
 NORA, Markus Samuel Leite. Direito civil: teoria geral dos contratos e contratos em espécie. Leme: Edijur, 2016.

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM	40	2	
Ementa:			
Base Conceitual. Aspectos importantes e técnicas de mediação. A mediação e a conciliação enquanto políticas públicas de tratamento de conflitos propostas na Resolução 125 do CNJ e no novo CPC. A mediação e a composição de conflitos dispostos na Lei 13.104/2015: limites e possibilidades. Atribuições do Judiciário na instituição e na fiscalização da Resolução 125 do CNJ. As diferenças entre conciliação e mediação. Da construção de redes de cooperação. Os núcleos permanentes de conciliação/mediação. O Código de Ética de conciliadores e mediadores judiciais. Teoria Geral da Arbitragem. Arbitragem no Direito Brasileiro. Arbitragem Internacional.			
Objetivos:			
Conhecer as atualizações legislativas promovidas. Compreender os conceitos básicos de mediação e arbitragem. Analisar as técnicas de mediação de acordo com a Resolução 125 do CNJ. Conhecer os conceitos fundamentais da composição de conflitos. Conhecer as características fundamentais dos sistemas econômicos contemporâneos; Conhecer as diferenças entre conciliação e mediação. Conhecer a proposta dos núcleos de conciliação Conhecer o código de Ética de conciliadores e mediadores			
Habilidades e Competências:			
- compreensão adequada e interdisciplinar dos fenômenos políticos, sociais, econômicos, subjetivos e psicológicos, dentre outros, considerando-os na criação, interpretação e aplicação do Direito; - capacidade de reflexão crítica e sensível, bem como capacidade de abstração metafórica.			
Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:			
A disciplina conciliação, mediação e arbitragem possibilita que o aluno se familiarize com o sistema extrajudicial de autocomposição de litígios, bem como o qualifica para que possa utilizar os meios alternativos de solução de conflitos para melhor condução de seu trabalho e maior desenvolvimento de sua atividade pessoal.			
Bibliografia Básica:			

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo. Teoria geral do processo. 31.ed. São Paulo: Malheiros. 2015.
 SPLENGLER, Fabiana Marion. Mediação, conciliação e arbitragem. Rio de Janeiro: FGV, 2018.
 SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. Manual de arbitragem: mediação e conciliação. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

Bibliografia Complementar:

MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de direito processual civil: teoria geral do processo e processo do conhecimento. 4.ed. São Paulo: Atlas. 2007.
 MARINONI, Luiz Guilherme. Teoria geral do processo. 3.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2008.
 ALVIM, J. E. Carreira. Teoria geral do processo. 11.ed. Rio de Janeiro - RJ. Rio de Janeiro - RJ: Forense. 2006
 ROCHA, José de Albuquerque. Teoria geral do processo. 8.ed. São Paulo - SP. São Paulo - SP: Atlas. 2006.
 CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. Teoria geral do processo. 5.ed. São Paulo: Saraiva. 2014.

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
DIREITO EMPRESARIAL II	80	4	
Ementa:			
Títulos de Crédito. Parte geral. Princípios gerais do título de crédito: literalidade, cartularidade e autonomia. Titularidade e legitimação. Classificação dos títulos de crédito. Letra de câmbio. Aceite. Aval. Saque. Endosso. Vencimento e Pagamento. Protesto. Intervenção. Ação Cambial e prescrição. Nota Promissória. Cheques. Duplicata Mercantil. Protesto. Títulos de créditos impróprios. Contratos empresariais..			
Objetivos:			
Fornecer embasamento teórico suficiente para demonstrar a importância desse ramo do direito, bem como sua aplicação prática no mundo jurídico. Oferecer informações claras e precisas a respeito do conteúdo da disciplina. Conhecer as características essenciais dos títulos de crédito e sua importância no meio jurídico e empresarial. Analisar o conteúdo da legislação aplicável aos títulos de crédito. Interpretar a legislação em consonância com a constituição.			
Habilidades e Competências:			
Conhecer a origem dos títulos de créditos e sua trajetória histórica. Definir e analisar as características do direito cambiário, bem como estabelecer um conceito para os títulos de crédito. Analisar a forma de constituição dos títulos de crédito através dos diversos atos cambiários. Realizar estudo sobre a letra de câmbio, identificar sua utilidade no meio empresarial e a legislação aplicável a tal título. Identificar as formas de exigibilidade do crédito cambiário, destacando ainda, a relevância da ação cambial como meio de exigir crédito oriundo dos títulos em estudo. Observar a função da nota promissória no meio empresarial e nas relações entre empresários e consumidores, bem como seu regime jurídico. Traçar a definição jurídica do cheque, assim como sua relevância e utilidade no meio empresarial. Definir e demonstrar as principais características da duplicata, traçando-se comentário acerca da legislação aplicável a esse título mercantil. Destacar e caracterizar os títulos de créditos impróprios e sua utilidade no meio empresarial. Identificar as características do título de crédito eletrônico.			

Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:
A disciplina Direito Empresarial II serve como base do conhecimento do bacharel em Direito sendo indispensável para sua formação e para os processos de conhecimento do conjunto de normas que regem as relações jurídicas concernentes as relações de Direito Empresarial, bem como para diversos outros ramos do Direito.
Bibliografia Básica:
FAZZIO, Junior Waldo. Manual de Direito Comercial. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2008.COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. 19. Ed. v.1. São Paulo: saraiva, 2015. COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. 19. Ed. v.1. São Paulo: saraiva, 2015.
Bibliografia Complementar:
DINIZ, Maria Helena. O Código Civil Anotado. 12 ed. Saraiva: 2006. ALMEIDA, Amador Paes de. Teoria e Prática dos Títulos de Crédito. São Paulo: Saraiva, 2007. NEGRÃO, Ricardo. Manual de direito comercial e de empresa: títulos de créditos e contratos empresariais. 2.ed. v.2 Saraiva. 2015. RAMOS, André Luiz Santa Cruz. Curso de direito empresarial: o regime jurídico-empresarial brasileiro. 4.ed. Salvador: Juspodivm. 2010. MAMEDE, Gladston. Direito empresarial brasileiro: títulos de crédito. 4.ed. São Paulo: Atlas. 2008.

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
DIREITO PENAL II	80	4	
Ementa:			
Teoria da sanção penal. Das penas: espécies, cominação, aplicação, concurso de crimes. Suspensão condicional da pena. Livramento condicional da pena. Efeitos da condenação. Reabilitação penal. Medidas de segurança. Ação penal. A punibilidade e sua extinção.			
Objetivos:			
<p>Analisar a evolução da fundamentação do Direito Penal através das diversas doutrinas.</p> <p>Conhecer os conceitos jurídicos fundamentais do Direito Penal através das diferentes teorias que explicam a finalidade da sanção penal, identificando a teoria adotada pelo código penal brasileiro, aplicando, com a colaboração da história de sua origem, evolução e dos critérios normativos, das penas ao caso concreto.</p> <p>Criticar os problemas penitenciários enfrentados pelo sistema penal brasileiro, sem perder de vista os direitos constitucionais do preso não afetados pela sanção penal, visando alternativas que viabilizem os fins determinados pela Lei de Execução Penal.</p>			
Habilidades e Competências:			
Compreensão adequada e interdisciplinar dos fenômenos políticos, sociais, econômicos, subjetivos e psicológicos, dentre outros, considerando-os na criação, interpretação e aplicação do Direito. Capacidade de reflexão crítica e sensível, bem como capacidade de abstração metafórica.			
Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:			
Estudar Direito Penal é estudar a proteção dos bens mais importantes e necessários para a própria sobrevivência da sociedade. Com o Direito Penal, visa-se tutelar todos os bens que, segundo um critério político, que varia de acordo com as mutações experimentadas pela própria sociedade, merecem fazer parte daquele pequeno círculo que, por serem extremamente valiosos, não sob o ponto de vista econômico, mas sim sob o enfoque político, não podem ser suficientemente protegidos pelos demais ramos do Direito.			
Bibliografia Básica:			

GRECO, Rogério. Curso de direito penal: parte geral. 14.ed. Rio de Janeiro: Impetus. 2012
 CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal: parte geral. 20 ed. São Paulo: Saraiva. 2016.
 MIRABETE, Júlio Fabbrini. Manual de direito penal. 26 ed. v.1. São Paulo: Atlas. 2010.

Bibliografia Complementar:

BECCARIA, Cesare Bonesana. Dos delitos e das penas. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes. 2008.
 BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte geral. 19.ed. São Paulo: Saraiva. 2013.
 JESUS, Damásio E. de. Direito penal. 29 ed. v. 1. São Paulo: Saraiva, 2008.
 REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS CRIMINAIS. IBCCRIM
 REVISTA DE ESTUDOS CRIMINAIS. PPGCCrim/PUCRS.

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
DIREITO PROCESSUAL CIVIL I	80	4	
Ementa:			
Formação do processo e petição inicial. Improcedência Liminar do Pedido. Citação e Intimação. Audiência Preliminar de conciliação ou mediação. Resposta do réu e Revelia. Provas. Providência Preliminares e Julgamento conforme o estado do processo. Audiência de Instrução e Julgamento. Sentença. Coisa Julgada.			
Objetivos:			
<p><u>OBJETIVOS GERAIS:</u></p> <p>1. Apresentar um panorama concernente à parte geral do Direito Processual Civil I (Lei nº 13.105/2015), com o escopo de capacitar o aluno para enfrentar e dirimir as questões no âmbito do processo civil, especificamente o processo de conhecimento e suas fases.</p> <p>2. Fomentar no aluno uma postura crítica quanto ao conteúdo ministrado e prepará-lo ao exercício da atividade profissional.</p> <p><u>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</u></p> <p>1. Proporcionar ao aluno, no âmbito da sistemática processual cível brasileira, os meios necessários para conhecer, compreender, interpretar e aprofundar-se no que diz respeito ao trâmite judicial dos diversos tipos de atos judiciais das partes, do juiz ou tribunal e dos servidores, facilitando a utilização dos mesmos na prática após a graduação.</p> <p>2. Estimular no aluno o gosto pela discussão argumentativa quanto aos temas processuais, no sentido de adequar-se ao processo civil moderno, ao processo de resultados.</p> <p>3. Proceder com a elaboração de peças referentes a alguns atos processuais.</p>			
Habilidades e Competências:			
<ul style="list-style-type: none"> • Compreensão adequada e interdisciplinar dos fenômenos políticos, sociais, econômicos, subjetivos e psicológicos, dentre outros, considerando-os na criação, interpretação e aplicação do Direito; • Capacidade de reflexão crítica. 			
Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:			
A disciplina Direito Processual Civil I serve como base do conhecimento do bacharel em Direito sendo indispensável para sua formação e para os processos de conhecimento do conjunto de normas que regem as relações jurídicas concernentes as relações Processuais e de Direito Civil, bem como para diversos outros ramos do Direito.			
Bibliografia Básica:			
THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 54.ed. v.1. Rio de Janeiro: Forense. 2013.			

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Novo curso de direito processual civil: teoria geral e processo de conhecimento. 13.ed. v.1. São Paulo: Saraiva. 2016.

BRASIL. Código de processo civil. Brasília: Senado Federal. 2015.

Bibliografia Complementar:

MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de direito processual civil: teoria geral do processo e processo do conhecimento. 4.ed. São Paulo: Atlas. 2007.

CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de direito processual civil. 24.ed. São Paulo: lumen juris. 2013.

BUENO, Cassio Scarpinella. Novo código de processo civil: anotado. 2.ed. São Paulo: Saraiva. 2016.

MARINONI, Luiz Guilherme. Processo de conhecimento. 7.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2008.

GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro. 20.ed. v.1. São Paulo: Saraiva. 2007.

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
DIREITOS HUMANOS	40	2	
Ementa:			
1. Direitos Humanos: evolução histórica e conceito. 2. Estrutura das normas de direitos humanos. 3. A fundamentação dos direitos humanos. 4. Características dos Direitos Humanos. 5. Sistema Internacional de Proteção aos Direitos Humanos. 6. Instrumentos legais de proteção aos Direitos Humanos. 7. Status Normativo dos Tratados de Direitos Humanos; 8. O Sistema Brasileiro de Proteção aos Direitos Humanos; 9. Estrutura Normativa dos Direitos Humanos; 10. Princípio da Dignidade da Pessoa Humana; 11. Tribunal Penal Internacional.			
Objetivos:			
Caracterizar a sistemática de incorporação dos tratados internacionais de Direitos Humanos no Brasil, observando-se especialmente os seguintes aspectos: a) os sistemas de proteção dos Direitos Humanos no Brasil; b) a natureza jurídica dos tratados de Direitos Humanos; c) abordagem profunda do princípio da dignidade da pessoa humana; d) jurisprudência do STF acerca do tema; e) Brasil e Tribunal Penal Internacional.			
Habilidades e Competências:			
A disciplina Direitos Humanos serve como base do conhecimento do bacharel em Direito sendo indispensável para sua formação e para os processos de conhecimento na prevalência dos dos Direitos Humanos e Instrumentos de proteção dos Direitos Humanos.			
Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:			
Analisar o modo pelo qual o Direito brasileiro incorpora os instrumentos internacionais de proteção dos Direitos Humanos, bem como em que sentido estes instrumentos são capazes de fortalecer o constitucionalismo de direitos e, por conseguinte, a cidadania no País. Avaliar a dinâmica da relação entre o Direito brasileiro, em especial a Constituição Federal de 1988, e o aparato internacional de proteção dos Direitos Humanos, bem como o impacto jurídico dos Tratados Internacionais de proteção dos Direitos Humanos no Direito brasileiro.			
Bibliografia Básica:			
RAMOS, André de Carvalho. Curso de direitos humanos. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2015. COMPARATO, Fábio Konder. A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos. 7 Ed. São Paulo: Saraiva, 2010. GUERRA, Sidney. Direito Internacional dos direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2011.			

Bibliografia Complementar:
<p>PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.</p> <p>BRASIL. Direitos humanos. 3.ed. Brasília - DF: Senado Federal. 2007.</p> <p>BELTRAMELLI. NETO, Silvio. Direitos Humanos. 3 ed. rev. e atual. Bahia: Juspodivm, 2015.</p> <p>RAMOS, André de Carvalho. Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.</p> <p>LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.</p>

Período: QUINTO

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
DIREITO ADMINISTRATIVO I	80	4	
Ementa:			
Direito Administrativo: origem, objeto, conceito. Regime Jurídico Administrativo. Princípios informativos do Direito Administrativo. Administração Pública: Direta e Indireta. Serviços Públicos. Poderes Administrativos. Poder de Polícia. Poder Regulamentar. Ato Administrativo.			
Objetivos:			
Informar ao aluno sobre a importância do Direito Administrativo e sua integração com outros ramos jurídicos. - Compreender a estrutura administrativa do Estado e a administração pública. - Reconhecer os princípios ordenadores básicos da atividade administrativa. - Conhecer os diversos dispositivos legais, a doutrina e a jurisprudência que orientam, normalizam e disciplinam o trato com a Administração Pública.			
Habilidades e Competências:			
1 – Identificação do Direito Administrativo dentre os demais sub-ramos do Direito e suas respectivas características. 2 – Informar ao aluno a estrutura do Regime Administrativo derogatório do direito comum. 3 – Conhecer e compreender os princípios que regem o Direito Administrativo. 4 – Identificar e conhecer os princípios da Administração Pública Federal, bem como caracterizar e classificar os órgãos da Administração Pública. Caracterizar a Administração Direta. 5 – Caracterizar a Administração Indireta. 6 – Apontar e descrever os poderes administrativos dentro de suas respectivas peculiaridades. 7 – Entender o exercício do Poder de Polícia praticado pela Administração Pública perante os direitos dos particulares. 8 – Conhecer o ato administrativo, sua eficácia e efeitos jurídicos..			
Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:			
A disciplina Direito administrativo I proporciona ao aluno a análise da estrutura interna do Estado, bem como possibilita o desenvolvimento e a ampliação do conhecimento dos processos e métodos que oportunizam um bom desempenho profissional nas mais variadas áreas.			
Bibliografia Básica:			
MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 33.ed. São Paulo: Malheiros. 2007. GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.			
Bibliografia Complementar:			
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 25 Ed. São Paulo: Malheiros, 2008. BRASIL – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 21. ed. São Paulo: Lumen Juris: 2009. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2007. ALEXANDRINO, Marcelo, PAULO, Vicente. Direito Administrativo Descomplicado. 20 Ed. São Paulo: Método, 2012.			

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
DIREITO CIVIL IV - Coisas	80	4	
Ementa:			
Direito das Coisas. Da posse. Da Proteção Possessória. Direitos Reais. Da Propriedade. Registro de Imóveis. Do Condomínio. Da superfície. Dos Direitos Reais sobre Coisas Alheias. Servidões. Usufruto. Direito Real de Uso. Direito Real de Habitação. Direito Real do Promitente Comprador. Direitos Reais de Garantia. Penhor. Hipoteca. Anticrese			
Objetivos:			
<ul style="list-style-type: none"> . Conhecer os vários institutos dos Direitos Reais sob o imperativo da contemporânea ordem constitucional. . Compreender a posse e a propriedade com fundamentação na função social concernentes aos valores constitucionais. . Conhecer os princípios basilares dos Direitos Reais. . Distinguir, através de suas principais características, os Direitos Reais dos Direitos Pessoais. . Identificar as ações típicas e atípicas da tutela protetiva da posse 			
Habilidades e Competências:			
<ul style="list-style-type: none"> - compreensão adequada e interdisciplinar dos fenômenos políticos, sociais, econômicos, subjetivos e psicológicos, dentre outros, considerando-os na criação, interpretação e aplicação do Direito; - capacidade de reflexão crítica e sensível, bem como capacidade de abstração metafórica. 			
Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:			
A disciplina Direito Civil IV serve como base do conhecimento do profissional de Direito sendo indispensável para sua formação e para os processos de conhecimento do conjunto de normas que regem as relações jurídicas concernentes aos bens materiais ou imateriais suscetíveis de apropriação pelo homem.			
Bibliografia Básica:			
GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: direito das coisas. 11.ed. v.5. São Paulo: Saraiva. 2016. RODRIGUES, Silvio. Direito civil: Direito das coisas. 28.ed. v.5. São Paulo: Saraiva. 2007. COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito civil: direito das coisas, direito autoral. 6.ed. São Paulo: Saraiva. 2015.			
Bibliografia Complementar:			
MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de direito civil: direito das coisas. 37.ed. São Paulo: Saraiva. 2003. DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: direito das coisas. 23.ed. v. 4. São Paulo: Saraiva. 2008. VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: direitos reais. 7.ed. São Paulo: Atlas. 2007. TARTUCE, Flávio. Direito civil: direito das coisas. São Paulo: Altas. 2018.			

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO	80	4	
Ementa:			
Atividades financeiras e necessidades coletivas públicas. Direito Financeiro e Ciência das Finanças. Conceito, objeto, autonomia. Fontes e evolução do Direito Financeiro. Normas constitucionais de Direito Financeiro e Orçamento. Despesas Públicas. A Lei 4.320/64. Classificação legal das Despesas Públicas. Despesa e orçamento público. Conceito, evolução e classificação. Receitas originárias e derivadas. Receita tributária. Orçamento público. Natureza Jurídica. Princípios orçamentários. As fases do orçamento. Crédito público.			
Objetivos:			
<input type="checkbox"/> Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa, visando dar-lhes condições de analisar e solucionar problemas jurídicos referentes ao Direito Econômico e Financeiro através da aplicação do raciocínio jurídico.			
Habilidades e Competências:			
Definir e analisar o conceito e finalidade de atividade financeira do Estado - Identificar as características do Direito Financeiro; e explicitar as diferenças entre: Direito Financeiro, Ciências das Finanças e Direito Tributário. - Analisar Despesa Pública visando entender o seu conceito, e suas classificações. - Explicitar Receita Pública analisando suas peculiaridades e características, bem como relacionando a mesma com a Lei de Responsabilidade Fiscal. - Tratar dos princípios como condição de existência da principal fonte de receita pública da atualidade, Tributos. - Entender orçamento público através do estudo de suas características, bem como incutir no educando noções do processo legislativo orçamentário, de créditos adicionais, de dotação dos Poderes e órgãos, e das vedações orçamentárias. - Analisar Crédito Público , através do estudo de seu conceito, de sua natureza jurídica e de suas classificações. - Demonstrar a importância do controle externo ; bem como explicitar como e por quem o controle externo é realizado.			
Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:			
Estudar Direito Econômico e Financeiro é estudar as despesas e receitas públicas, assim como analisar e entender o orçamento público ou fazer a análise de crédito.			
Bibliografia Básica:			
OLIVEIRA, Regis Fernandes de. Manual de direito financeiro. 5.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2002. HARADA, Kiyoshi. Direito Financeiro e Tributário. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2013. PAULO, Vicente. Manual de direito tributário. 8.ed. Rio de Janeiro, RJ: Método. 2009.			
Bibliografia Complementar:			
OLIVEIRA, Regis Fernandes de. Curso de direito financeiro. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2008. PASCOAL, Valdecir. Direito financeiro e controle externo: teoria, jurisprudência e 400 questões. Rio de Janeiro: Campus. 2009. JUND, Sérgio. Direito financeiro e orçamento público: teoria e 500 questões. Rio de Janeiro: Elsevier. 2007. CAMPOS, Dejalma de. Direito financeiro e orçamentário. 4.ed. São Paulo: Atlas. 2006. DEL MASSO, Fabiano. Direito econômico. Rio de Janeiro: Elsevier. 2007.			

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
DIREITO PENAL III	80	4	
Ementa:			
Introdução. Crimes contra a pessoa. Dos Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos.			
Objetivos:			
Conhecimento acerca dos crimes tipificados nos arts 121 a 212 do Código Penal vigente. compreensão de critérios fundamentais para sua interpretação e aplicação, assumindo uma visão crítica; manusear, correta e precisamente, o Código Penal, no que pertine aos crimes em espécie, segundo as regras da boa técnica legislativa.			
Habilidades e Competências:			
a) Conhecer, interpretar sistematicamente e criticar o Direito Penal positivo brasileiro estabelecido no Código Penal e leis especiais, através da análise de seu conteúdo e de textos doutrinários dele decorrentes; b) Conhecer os tipos penais referentes a cada crime previsto na parte especial, constantes dos arts. 121 a 212 do Código Penal. Aprender a diferenciá-los e conhecer, em cada tipo, seus sujeitos ativos e passivos, seus objetos jurídicos e materiais, seus elementos objetivos e subjetivos, seu momento consumativo, a admissão ou não de tentativa, bem como a ação penal cabível em cada caso, além de outras particularidades. c) Compreensão e análise crítica acerca da correta adequação típica pertinente aos delitos previstos nos arts. 121 ao 212 do Código Penal vigente; d) Capacidade de reflexão crítica, normativa e jurisprudencial diante da ocorrência de tais delitos.			
Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:			
Estudar Direito Penal é estudar a proteção dos bens mais importantes e necessários para a própria sobrevivência da sociedade. Com o Direito Penal, visa-se tutelar todos os bens que, segundo um critério político, que varia de acordo com as mutações experimentadas pela própria sociedade, merecem fazer parte daquele pequeno círculo que, por serem extremamente valiosos, não sob o ponto de vista econômico, mas sim sob o enfoque político, não podem ser suficientemente protegidos pelos demais ramos do Direito.			
Bibliografia Básica:			
CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal: Parte especial. 16 ed. São Paulo. Editora Saraiva: 2016. MIRABETE, Julio Fabbrini. Manual de direito penal: parte especial. 22.ed. São Paulo: Atlas. 2007. BITENCOURT, Cezar. Tratado de direito penal: Parte especial. 13 ed. v. 2. São Paulo: Saraiva, 2013.			
Bibliografia Complementar:			
GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal: Parte especial. 12 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2015. GONÇALVES, Victor Eduardo Rios Direito penal esquematizado: parte especial. 3. ed. São Paulo : Saraiva, 2013 NUCCI, Guilherme de Souza. Código penal comentado. 7.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2007. CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal: legislação penal especial. 2.ed. São Paulo: Saraiva. 2007. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS CRIMINAIS. IBCCRIM. REVISTA DE ESTUDOS CRIMINAIS. PPGCCrim/PUCRS			

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
DIREITO PROCESSUAL CIVIL II	80	4	
Ementa:			
Teoria Geral dos Recursos. Recursos em espécie: Apelação. Agravo de Instrumento e agravo interno. Embargos de Declaração. Recurso Ordinário. Recurso Especial e Recurso Extraordinário. Ação Rescisória.			
Objetivos:			
<p>Compreender os conceitos básicos sobre o sistema recursal do processo civil.</p> <p>Compreender as principais diferenças entre recursos e outros meios de impugnação às decisões judiciais;</p> <p>Analisar a jurisprudência dos tribunais superiores em matéria recursal.</p> <p>Conhecer os conceitos fundamentais do sistema recursal do processo civil;</p> <p>Conhecer as características fundamentais dos recursos;</p> <p>Conhecer os recursos em espécie;</p> <p>Conhecer as características fundamentais de cada recurso em espécie;</p> <p>Conhecer o pensamento doutrinário acerca do sistema recursal brasileiro;</p> <p>Identificar os principais pontos sobre o tema no novo código de processo civil;</p> <p>Compreender a estrutura dos tribunais;</p> <p>Entender o trâmite processual recursal;</p> <p>Conhecer a composição dos tribunais superiores;</p>			
Habilidades e Competências:			
<p>I - compreensão adequada e interdisciplinar do sistema recursal brasileiro;</p> <p>II - capacidade de reflexão crítica e sensível, bem como capacidade de abstração metafórica.</p>			
Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:			
A disciplina Direito Processual Civil II serve como base do conhecimento do bacharel em Direito sendo indispensável para sua formação e para os processos de conhecimento do conjunto de normas que regem as relações jurídicas concernentes as relações Processuais e de Direito Civil, bem como para diversos outros ramos do Direito.			
Bibliografia Básica:			
<p>BUENO, Cassio Scarpinella. Manual de direito processual civil. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.</p> <p>GONÇALVES, Marcos Vinícius Rios. Direito processual civil esquematizado. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.</p> <p>THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. 38 ed. V. 3. São Paulo: Método, 2017.</p>			
Bibliografia Complementar:			
<p>DIDIER JÚNIOR, Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da. Curso de direito processual civil. V. 3. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2013.</p> <p>NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de direito processual civil. 7. ed. Salvador: JusPodivm, 2015.</p> <p>DONIZETTI, Elpídio. Curso didático de direito processual civil. 18.ed. São Paulo: Atlas. 2014.</p> <p>MONTENEGRO FILHO, Misael. Processo civil sintetizado. Rio de Janeiro: Método, 2017.</p> <p>NISHIYAMA, Adolfo Manoru. Prática de direito processual civil para graduação e exame da OAB. 7. ed. São Paulo: Altas, 2014.</p>			

Período: Sexto

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
DIREITO CIVIL V - Família	80	4	
Ementa:			
Direito de família. Objeto. Natureza jurídica. Conceito. Evolução. Casamento civil e religioso. Celebração. Prova. Impedimentos. nulidade. Anulação. Efeitos. Regime de Bens. Dissolução do casamento e da sociedade conjugal. Filiação e poder familiar. Tutela e curatela.			
Objetivos:			
<p>Compreender os conceitos básicos do direito de família.</p> <p>Analisar a família de maneira contextualizada, proporcionando a visualização dos seus fundamentos em situações concretas.</p> <p>Conhecer os conceitos fundamentais da entidade familiar;</p> <p>Conhecer as características fundamentais inerente ao direito de família;</p> <p>Conhecer o processo de consolidação da sociedade familiar;</p> <p>Conhecer o pensamento Doutrinário;</p> <p>Identificar as características do direito de família;</p> <p>Compreender as estruturas familiares;</p>			
Habilidades e Competências:			
<ul style="list-style-type: none"> - compreensão adequada e interdisciplinar dos fenômenos familiares, sociais, econômicos, subjetivos e psicológicos, dentre outros, considerando-os na criação, interpretação e aplicação do Direito; - capacidade de reflexão crítica e sensível, bem como capacidade de abstração metafórica. 			
Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:			
A disciplina Direito Civil V é indispensável para a formação do profissional do Direito e para os processos de conhecimento do conjunto de normas que regem as relações jurídicas concernentes às relações de Direito Civil, bem como para diversos outros ramos do Direito.			
Bibliografia Básica:			
DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: direito de família. 23 ed. 5 v. São Paulo: Saraiva, 2008 GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. 13 ed. 6 V. São Paulo: Saraiva, 2014. RODRIGUES, Silvio. Direito civil: direito de família. 28.ed. São Paulo: Saraiva. 2007			
Bibliografia Complementar:			
VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil: direito de família. 8 ed. 6 V. São Paulo: Atlas, 2008 FARIAS, Cristiano Chaves de. Curso de direito Civil: Famílias. 7.ed. São Paulo: Atlas. 2015. SANTOS, José Carlos Van Cleef A. Manual de direito civil. São Paulo: Revista dos tribunais, 2014. SCHREIBER, Anderson. Manual de direito civil contemporâneo. São Paulo: Saraiva, 2018. LÔBO, Paulo. Direito civil: família. São Paulo: Saraiva, 2018.			

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
DIREITO PENAL IV	80	4	
Ementa:			
Dos crimes contra dignidade sexual. Dos crimes contra a família. Dos crimes contra a incolumidade pública. Dos crimes contra a paz pública. Dos crimes contra a fé pública. Dos crimes contra a administração pública. Leis especiais: contravenções penais, crimes ambientais, crimes hediondos, tóxicos, trânsito, idoso, crime organizado.			
Objetivos:			
b) Conhecimento acerca dos crimes tipificados nos arts 213 a 360 do Código Penal vigente. b) compreensão de critérios fundamentais para sua interpretação e aplicação, assumindo uma visão crítica; c) manusear, correta e precisamente, o Código Penal, no que pertine aos crimes em espécie, segundo as regras da boa técnica legislativa.			
Habilidades e Competências:			
a) Conhecer, interpretar sistematicamente e criticar o Direito Penal positivo brasileiro estabelecido no Código Penal e leis especiais, através da análise de seu conteúdo e de textos doutrinários dele decorrentes; b) Conhecer os tipos penais referentes a cada crime previsto na parte especial, constantes dos arts. 213 a 360 do Código Penal. Aprender a diferenciá-los e conhecer, em cada tipo, seus sujeitos ativos e passivos, seus objetos jurídicos e materiais, seus elementos objetivos e subjetivos, seu momento consumativo, a admissão ou não de tentativa, bem como a ação penal cabível em cada caso, além de outras particularidades. c) Compreensão e análise crítica acerca da correta adequação típica pertinente aos delitos previstos nos arts. 213 ao 360 do Código Penal vigente; d) Capacidade de reflexão crítica, normativa e jurisprudencial diante da ocorrência de tais delitos.			
Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:			
Estudar Direito Penal é estudar a proteção dos bens mais importantes e necessários para a própria sobrevivência da sociedade. Com o Direito Penal, visa-se tutelar todos os bens que, segundo um critério político, que varia de acordo com as mutações experimentadas pela própria sociedade, merecem fazer parte daquele pequeno círculo que, por serem extremamente valiosos, não sob o ponto de vista econômico, mas sim sob o enfoque político, não podem ser suficientemente protegidos pelos demais ramos do Direito.			
Bibliografia Básica:			
CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal: parte especial. 13 ed. V. 3. São Paulo: Saraiva. DELMANTO, Celso. Código penal comentado. 3 ed. São Paulo: Renovar,2012. JESUS, Damásio E. de. Direito penal. 24 ed. V.2 São Paulo: Saraiva,2001.			
Bibliografia Complementar:			
GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal: parte especial. 2 ed. V. 3. Rio de Janeiro: IMPETUS,2006. MIRABETE, Júlio Fabbrini. Manual de direito penal: parte especial. 22 ed. V.3. São Paulo: Atlas.2007 BITENCUORT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte especial. 6.ed. São Paulo: Saraiva. 2012 GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Direito penal esquematizado: parte especial. 3.ed. Sao Paulo: Saraiva. 2013. SHECAIRA, Sérgio Salomão. Estudos de direito penal. São Paulo: Forense, 2018.			

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
DIREITO PROCESSUAL CIVIL III	80	4	
Ementa:			
<p>Processo de Execução. A Execução em geral: partes, competência, títulos executivos judiciais e extrajudiciais, Responsabilidade patrimonial. Liquidação de Sentença. O procedimento da execução de título judicial e extrajudicial. Execução das obrigações de fazer e não fazer, por quantia certa e entrega da coisa certa e incerta. Embargos à Execução. Cumprimento de sentença e Impugnação à execução. Execução contra a Fazenda Pública. Suspensão e Extinção do Processo de Execução.</p>			
Objetivos:			
<p><u>OBJETIVO GERAL:</u></p> <p>1. Informar aos alunos sobre as noções básicas do Processo Civil III, principalmente ao que diz respeito ao cumprimento de sentença e processo de execução, tal como regula o Novo Código de Processo Civil Brasileiro;</p> <p><u>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</u></p> <p>1. Proporcionar ao aluno noções fundamentais do cumprimento das decisões e do processo de execução;</p> <p>2. Capacitar ao aluno ao cotidiano forense no que diz respeito aos procedimentos no âmbito do processo civil III, conforme o que regula o Código de Processo Civil, correlacionado com as demais disciplinas jurídicas;</p>			
Habilidades e Competências:			
<ul style="list-style-type: none"> • Compreensão adequada e interdisciplinar dos fenômenos políticos, sociais, econômicos, subjetivos e psicológicos, dentre outros, considerando-os na criação, interpretação e aplicação do Direito; • Capacidade de reflexão crítica. 			
Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:			
<p>A disciplina Direito Processual Civil III é fundamental para a compreensão da dinâmica processual e, desta forma, para a noção de unicidade do direito. Influxo diretamente para atingir os objetivos do curso na medida em que é parte integrante do direito e indispensável na formação do bacharel e no exercício do direito.</p>			
Bibliografia Básica:			
<p>GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Novo curso de direito processual civil: Teoria geral e processo de conhecimento. 9. Ed. - São Paulo : Saraiva, 2016.</p> <p>GRECO FILHO, Vicente. Direito Processual Civil Brasileiro. 20 ed. V. I. São Paulo: Saraiva, 2007.</p> <p>THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: processo de execução e cumprimento da sentença processo cautelar e tutela de urgência. 42.ed. Rio de Janeiro: Forense. 2008.</p>			
Bibliografia Complementar:			
<p>MISAEEL FILHO, Montenegro. Curso de Direito Processual Civil. 4 ed. V. 1. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>DIDIER JUNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil. 5 ed. V. 5. Salvador: Jus Podvm, 2013.</p> <p>BUENO, Cassio Scarpinella. Novo código de processo civil: anotado. 2.ed. São Paulo: Saraiva. 2016.</p> <p>CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil. 13 ed. V. 3. Rio de Janeiro: Lumen Juri, 2008.</p> <p>BUENO, Cassio Scarpinella. Manual de direito processual civil. 2.ed. São Paulo: Saraiva. 2016</p>			

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
DIREITO PROCESSUAL PENAL I	80	4	
Ementa:			
Das noções preliminares do processo penal. Evolução histórica. Os princípios e garantias no processo penal. Lei processual penal no tempo e no espaço. Sistemas processuais penais. Inquérito Policial: Conceito. Natureza. Característica. Finalidade. Competência. Prisão. Fiança. Liberdade. Sujeitos Processuais. Ação penal. Ação Civil. Questões e processos incidentes. Prova. Sentença Penal.			
Objetivos:			
<p>Analisar o discurso dogmático do processo penal brasileiro, por um viés crítico e constitucionalizado.</p> <p>Compreender os conceitos básicos do processo penal e seus institutos.</p> <p>Analisar os princípios constitucionais aplicados ao processo penal.</p> <p>Conhecer a estrutura legal e os mecanismos desenvolvidos por lei para a aplicação do direito material</p> <p>Conhecer as etapas pré-processuais e os direitos que são assegurados ao cidadão;</p> <p>Conhecer os princípios, condições, requisitos, atores e forma da ação penal;</p> <p>Analisar aspectos relacionados à jurisdição e competência na esfera processual penal;</p> <p>Conhecer o sistema processual de provas e suas espécies;</p> <p>Identificar os motivos autorizadores das prisões cautelares e as principais medidas de contracautela;</p> <p>Conhecer os atores processuais no processo penal ;</p> <p>Conhecer a composição, os elementos, a estrutura e a extensão dos efeitos da sentença penal;</p> <p>Reconhecer e diferenciar os sistemas processuais penais.</p>			
Habilidades e Competências:			
<p>I- Compreensão adequada e interdisciplinar do processo penal, seus principais institutos, incidentes, seus atores e limites de atuação, culminando na aplicação concreta das regras do direito material;</p> <p>II- Capacidade de reflexão crítica e sensível, bem como capacidade de análise estrutural dos princípios constitucional que norteiam o processo penal.</p>			
Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:			
O processo penal, disciplina aplicada ao direito penal, exerce função garantista ao cidadão em face ao poder repressor do Estado. Dessa forma, trata-se de um instrumento que contribui para que p alunos conheça os instrumentos capazes de assegurar o exercício legítimo do poder punitivo, que deverão ser implementado em conformidade com os princípios éticos firmados no plano constitucional.			
Bibliografia Básica:			
CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. 23. ed. São Paulo : Saraiva, 2016. TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo penal. 33.ed. São Paulo: Saraiva. 2011. MIRABETE, Julio Fabbrini. Processo penal. 18.ed. São Paulo: Atlas. 2006.			
Bibliografia Complementar:			
GRINOVER, Ada Pellegrini. As nulidades no processo penal. 10.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2008. JARDIM, Afrânio Silva. Direito processual penal. 11.ed. Rio de Janeiro: Forense. 2007. TÁVORA, Nestor. ALENCAR, Rosmar Rodrigues. Manual de processo penal. 8.ed. Salvador: JusPodivm, 2013. TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Prática de processo penal. 28.ed. São Paulo: Saraiva. 2007. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS CRIMINAIS. IBCCRIM.			

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
DIREITO ADMINISTRATIVO II	40	2	
Ementa:			
Agentes Públicos, Regime Jurídico dos Servidores Públicos. Intervenção do Estado na Propriedade Privada e no Domínio Econômico. Desapropriação para fins Urbanísticos, Responsabilidade patrimonial da Administração Pública. Servidão Administrativa. Tombamento. Licitações e contratos.			
Objetivos:			
<p>Levar o aluno a compreender o funcionamento da Administração Pública, especialmente sobre seus poderes e limites de atuação, para o futuro exercício de sua profissão;</p> <p>- Conhecer os diversos dispositivos legais, a doutrina e a jurisprudência que orienta, normaliza e disciplina o trato com a Administração Pública.</p>			
Habilidades e Competências:			
<p>Demonstrar a importância do desempenho das funções ou atribuições consideradas pelo Poder Público, seja em virtude de relação de trabalho (estatutária ou não) seja em relação contratual, encargo público ou qualquer outra forma de função de natureza pública.</p> <p>- Examinar as características principais dos regimes jurídicos que disciplinam as diversas relações de natureza funcional e, por conseguinte a forma de ingresso, remuneração e aposentadoria dos servidores estatutários, celetistas e temporários.</p> <p>- Evidenciar o poder estatal de limitar e restringir o exercício do direito individual da propriedade, prevenindo as desordens, assegurando a coexistência pacífica entre os cidadãos.</p> <p>- Conhecer as diversas modalidades de intervenção na propriedade, a serem utilizadas de acordo com a necessidade e interesse público.</p> <p>- Verificar a intercorrência do Poder de Polícia, presente em quase todas as modalidades de intervenção do Estado sobre a propriedade privada.</p> <p>- Identificar o suporte constitucional (art. 5º, XXII) da intervenção do Estado na propriedade, em busca do atendimento de sua função social.</p> <p>- Identificar, ainda, a competência para proceder à intervenção na propriedade.</p> <p>- Discutir a importância do instituto da Desapropriação, mostrando que, embora a propriedade detenha garantia constitucional (art. 5º, XII), a própria Constituição exige que a propriedade assuma sua condição de atender a função social. Desta forma quando a propriedade não atingir esta função pode o Estado transferir para si a propriedade de terceiro mediante justa e prévia indenização.</p> <p>- Compreender as linhas gerais da evolução histórica da responsabilidade estatal.</p> <p>- Investigar o dever estatal de ressarcir particulares por prejuízos civis e extracontratuais experimentados em decorrência de ações ou omissões de agentes públicos no exercício da função administrativa.</p> <p>- Discutir as teorias objetiva e subjetiva bem como as causas excludentes de responsabilidade civil do Estado.</p> <p>- Entender que o processo de contratação de obras e serviços, bem como a aquisição de bens não é por exclusivo critério da Administração.</p> <p>- Analisar os mais importantes aspectos das licitações, como os procedimentos, modalidades, enfim, as linhas básicas que possam conduzir a uma visão global do instituto.</p>			
Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:			
A disciplina proporciona ao aluno a análise da estrutura interna do Estado, bem como o faz entender, por meio do estudo dos diferentes institutos administrativo, as noções gerais dos institutos jurídicos e prepará-lo para se posicionar cientificamente diante dos acontecimentos envolvendo a administração pública.			

Bibliografia Básica:
PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado. 20.ed. Rio de Janeiro: Forense. 2012. BRASIL. Constituição da república federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal. 2015. MAZZA, Alexandre. Manual de direito administrativo. 6.ed. São Paulo: Saraiva. 2016.
Bibliografia Complementar:
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. 25.ed. São Paulo: Malheiros. 2008. CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 21.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2009. MARINELA, Fernanda. Direito administrativo. 10.ed. Niterói: Impetus. 2016. GASPARINI, Diogenes. Direito administrativo. 17.ed. São Paulo: Saraiva. 2012. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 33.ed. São Paulo: Malheiros. 2007.

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
DIREITO AMBIENTAL	40	2	
Ementa:			
Meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Competências Constitucionais. Responsabilidade Civil e Penal Ambiental. Tutela Processual do Meio Ambiente. Noções de Licenciamento Ambiental.			
Objetivos:			
Discutir os princípios éticos envolvidos na questão ambiental brasileira. Conhecer a política e a legislação voltada às questões do meio ambiente. Fornecer os conceitos básicos e o instrumental para a orientação do futuro profissional nas questões jurídico/ambientais que surgirão no âmbito de suas atividades profissionais. Fornecer embasamento teórico suficiente sobre o direito constitucional, bem como demonstrar sua aplicação prática no mundo jurídico.			
Habilidades e Competências:			
Conhecimento, Compreensão, Aplicação e Análise			
Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:			
A disciplina direito e educação ambiental contribui para o conhecimento do Direito Ambiental, por meio da dogmática jurídica e da jurisprudência, com possibilidade de aplicação do seu conteúdo a casos práticos; bem como propicia o conhecimento interdisciplinar do Direito Ambiental, permitindo sua identificação com seu contexto econômico e social e a realidade do país.			
Bibliografia Básica:			
SIRVINSKAS, Luís Paulo. Manual de direito ambiental. 12.ed. São Paulo: Saraiva. 2014. LENZA, Pedro. Direito ambiental esquematizado. 2.ed. São Paulo: Saraiva. 2015. MORAES, Luís Carlos Silva de. Curso de direito ambiental. 2.ed. São Paulo: Atlas. 2006.			
Bibliografia Complementar:			
SILVA, Romeu Faria Thomé da. Manual de direito ambiental. 2.ed. Salvador: Juspodivm. 2012. MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. 15 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2007. SILVA, José Afonso da Direito Ambiental Constitucional. 6 ed. São Paulo: Malheiros, 2007. MILARÉ, Édis. Direito do ambiente: doutrina, prática, jurisprudência, glossário. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2001. AMADO, Frederico Augusto Di Trindade. Direito ambiental esquematizado. 2.ed. São Paulo: Método. 2011.			

Período: SÉTIMO

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
DIREITO CIVIL VI- Sucessões	80	4	
Ementa:			
DIREITO DAS SUCESSÕES. SUCESSÃO LEGÍTIMA. ORDEM DE VOCAÇÃO HEREDITÁRIA. SUCESSÃO POR CABEÇA E POR ESTIRPE. SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA. TESTEMUNHOS. CÓDIGO. SUCESSÃO NECESSÁRIA. INVENTÁRIO E PARTILHA			
Objetivos:			
Compreender os conceitos básicos do direito sucessório Analisar o direito sucessório de maneira contextualizada, proporcionando a visualização dos seus fundamentos em situações concretas. Conhecer os conceitos fundamentais das sucessões; Conhecer as características fundamentais do direito sucessório contemporâneo; Conhecer o pensamento doutrinário; Conhecer o pensamento jurisprudencial; Identificar as características do direito sucessório; Compreender a disposição sucessória; Entender a ordem da vocação hereditária;			
Habilidades e Competências:			
- compreensão adequada e interdisciplinar dos fenômenos sucessórios, sociais, econômicos, subjetivos e psicológicos, dentre outros, considerando-os na criação, interpretação e aplicação do Direito; - capacidade de reflexão crítica e sensível, bem como capacidade de abstração metafórica.			
Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:			
A disciplina Direito Civil VI é indispensável para a formação do profissional do Direito e para os processos de conhecimento do conjunto de normas que regem as relações jurídicas concernentes às relações de Direito Civil, bem como para diversos outros ramos do Direito.			
Bibliografia Básica:			
DINIZ, Maria Helena Diniz. Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito das Sucessões. 22 ed. V.6. São Paulo: Saraiva, 2008. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: direito das sucessões. 10 ed. V.7. São Paulo: Saraiva, 2016. RODRIGUES, Silvio. Direito civil: direito das sucessões. 26.ed. São Paulo: Saraiva. 2007.			
Bibliografia Complementar:			
GOMES, Orlando. Introdução ao direito civil. 19 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008. MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil: Direito das Sucessões. 35 ed. v.6. São Paulo: Saraiva, 2003. VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: direito das sucessões. 7 ed. v.7. São Paulo: Atlas, 2007. FARIAS, Cristiano Chaves de. Curso de direito civil: Sucessões. São Paulo: Atlas. 2015. ROCHA, Sílvio Luís Ferreira da. Direito civil: direito das sucessões. São Paulo: Método, 2012			

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
DIREITO DO TRABALHO I	80	4	
Ementa:			
Fundamentos do Direito do Trabalho. Conceitos e Fontes. Evolução. Relação de Trabalho e de Emprego. Empregado e Empregador. Contrato de Trabalho. Execução do Contrato de Trabalho. Término do Contrato de Trabalho. Remuneração e Salário. Jornada de Trabalho. Alteração e Suspensão do Contrato de Trabalho. Aviso Prévio. Despedida. Estabilidade. Férias. Medicina e Segurança no Trabalho.			
Objetivos:			
<p>Mostrar a origem do Direito do Trabalho, o fundamento de validade das normas jurídicas e a própria exteriorização do Direito;</p> <p>Analisar a evolução do Direito do Trabalho, em especial as normas constitucionais que regulamentam as relações trabalhistas e disciplinam as relações de emprego;</p> <p>Mostrar a forma de nascimento das relações trabalhistas derivadas de um contrato de trabalho formal e as relações provenientes de um contrato de trabalho tácito, bem como analisar a relação entre empregador e as várias formas de empregado;</p> <p>Analisar as consequências do negócio jurídico celebrado entre empregador e empregado para a prestação de serviço de modo contínuo e mediante remuneração, mostrando ainda as várias formas de contrato de trabalho;</p> <p>Mostrar que da relação de emprego e de trabalho nasce a necessidade de pagar a mão de obra despendida, mostrando a forma de efetuar o pagamento e se este atende as necessidades básicas do empregado;</p> <p>Mostrar que a jornada diz respeito ao número de horas diárias de trabalho que o empregado presta ao empregador;</p> <p>Mostrar a forma da realização do serviço: diurno, noturno, extraordinário, bem como suas consequências para o recebimento da remuneração e contagem de tempo de serviço;</p> <p>Analisar as consequências jurídicas advindas da alteração, suspensão e interrupção do contrato de trabalho, bem como analisar as hipóteses e consequências das modificações;</p> <p>Mostrar as consequências jurídicas do fim do contrato de trabalho, analisando as formas de dispensa com ou sem justa causa, informando quais direitos e obrigações de empregado e empregador;</p> <p>Mostrar que a tendência do Direito do Trabalho é assegurar a continuidade da relação entre empregado e empregador, portanto estudaremos o que vem ser a estabilidade sobre o prisma do Direito do Trabalho e as consequências do aviso quando do desligamento do empregado;</p> <p>Mostrar as formas de proteger o trabalhador quando exercerem atividades em locais insalubres ou perigosos.</p>			
Habilidades e Competências:			
Compreensão adequada e interdisciplinar dos fenômenos que envolvem o contrato de trabalho típico (de emprego), com ênfase da abordagem feita pelo Direito Individual do Trabalho; Capacidade de reflexão crítica e sensível, bem como capacidade de abstração argumentativa sobre as controvérsias que se relacionam com o Direito Individual do Trabalho.			
Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:			
A disciplina Direito do Trabalho I serve como base do conhecimento do bacharel em Direito sendo indispensável para sua formação e para os processos de conhecimento do conjunto de normas que regem as relações jurídicas concernentes as relações de trabalho.			
Bibliografia Básica:			
MARTINEZ, Luciano. Curso de direito do trabalho. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. LIMA, Francisco Meton Marques de. Elementos do direito do trabalho e processo trabalhista. 12.ed.			

São Paulo: LTR. 2007. MARTINS, Sergio Pinto. Direito do trabalho. 25.ed. São Paulo: Atlas. 2009.
Bibliografia Complementar:
CASSAR, Vólia Bomfim. Direito do trabalho. 4.ed. Niterói: Impetus. 2010. BARROS, Alice Monteiro de. Curso de direito do trabalho. 4.ed. São Paulo: LTR. 2008. NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito do trabalho. 22.ed. São Paulo: Saraiva. 2007. DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de direito do trabalho. 6 ed. São Paulo: LTr, 2007. MANU, Pedro Paulo Teixeira. Direito do trabalho. 11.ed. São Paulo: Atlas. 2007.

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
DIREITO FALIMENTAR	40	2	
Ementa:			
Recuperação Judicial. Recuperação Extrajudicial. Falência. Caracterização. Declaração. Rito. Efeitos. Processamento. Rescisão. Cumprimento.			
Objetivos:			
Propiciar conhecimentos ao futuro bacharel em direito ao exercício consciente e responsável da profissão, mediante conhecimento da disciplina jurídica e da crise das empresas, e ainda, exame das soluções legais.			
Habilidades e Competências:			
Compreender a adequação da recuperação judicial e extrajudicial de empresas e o instituto da falência na realidade do direito empresarial contemporâneo brasileiro Desenvolver capacidade de reflexão crítica e sensível, bem como capacidade de abstração metafórica.			
Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:			
A disciplina Direito Falimentar serve como base do conhecimento do bacharel em Direito sendo indispensável para sua formação e para os processos de direito empresarial contemporâneo brasileiro.			
Bibliografia Básica:			
COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. 16 ed. V. 3. São Paulo: Saraiva 2014 PERIN Junior, Ecio. Curso de direito falimentar e recuperação de empresas. 3.ed. São Paulo: Método. 2006. GONÇALVES, Maria Gabriela Venturoti Perrota Rios. Direito falimentar: lei n. 11.101, de 9-2-2005. São Paulo: Saraiva. 2008.			
Bibliografia Complementar:			
COELHO, Fábio Ulhoa. Comentários à lei de falências e de recuperação de empresas. 9.ed. São Paulo: Saraiva. 2013. BEZERRA Filho, Manoel Justino. Lei de recuperação de empresas e falências comentada. 5.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2008. FAZZIO Júnior, Waldo. Nova lei de falência e recuperação de empresas. 3.ed. São Paulo: Atlas. 2006. ALMEIDA, Amador Paes de. Curso de falência e recuperação de empresa. 23.ed. São Paulo: Saraiva. 2007. REQUIÃO, Rubens. Curso de direito comercial. 25.ed. São Paulo: Saraiva. 2008.			

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
DIREITO PROCESSUAL PENAL II	40	2	
Ementa:			
Dos Procedimentos Penais. Das nulidades. Dos Recursos.			
Objetivos:			
Compreender as distinções entre processo e procedimento. Analisar os principais procedimentos penais previstos no Código de Processo Penal e legislação extravagante. Conhecer o sistema da tipicidade dos atos processuais, seus princípios e rol das nulidades Conhecer os princípios jurídicos que regem os recursos na seara penal; Analisar a estrutural recursal no processo penal Conhecer os recursos em espécie e seus pressupostos recursais;			
Habilidades e Competências:			
I- Compreensão adequada e interdisciplinar do processo penal, seus principais institutos, incidentes, seus atores e limites de atuação, culminando na aplicação concreta das regras do direito material; II- Capacidade de reflexão crítica e sensível, bem como capacidade de análise estrutural dos princípios constitucional que norteiam o processo penal.			
Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:			
A disciplina Processo Penal proporciona ao aluno uma capacitação profissional, através de um conhecimento atual e específico de cunho teórico e prático, com vistas à qualificação profissional.			
Bibliografia Básica:			
CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. 23. ed. São Paulo : Saraiva, 2016. MIRABETE, Julio Fabbrini. Processo penal. 18.ed. São Paulo: Atlas. 2006. TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo penal. 33.ed. São Paulo: Saraiva. 2011..			
Bibliografia Complementar:			
GRINOVER, Ada Pellegrini. As nulidades no processo penal. 10.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2008. JARDIM, Afrânio Silva. Direito processual penal. 11.ed. Rio de Janeiro: Forense. 2007. MARQUES, José Frederico. Elementos de direito processual penal. 2.ed. Campinas: Millennium. 2000. TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Prática de processo penal. 28.ed. São Paulo: Saraiva. 2007. TÁVORA, Nestor. ALENCAR, Rosmar Rodrigues. Manual de processo penal. 8.ed. Salvador: JusPodivm, 2013.			

Período: OITAVO

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
DIREITO DO TRABALHO II	40	2	
Ementa:			
Direito coletivo do trabalho: conceito, conteúdo e função. Princípios específicos do direito coletivo. Fontes normativas. Conflitos Coletivos de Trabalho. Organização sindical brasileira. Liberdade sindical (Convenções 87 e 98 da OIT). Unicidade e unidade sindicais. Dirigente sindical. Enquadramento sindical. Conceito de categoria. Categoria profissional diferenciada. Dissociação e desmembramento de categorias. Entidades sindicais: conceito, natureza jurídica, estrutura, funções, requisitos de existência e atuação, prerrogativas e limitações. Garantias sindicais. Centrais Sindicais. Contribuições Sindicais. Negociação coletiva: princípios, função e níveis. Normas coletivas: Acordo coletivo de trabalho e Convenção Coletiva de Trabalho. Vigência, eficácia e extensão dos instrumentos normativos. Natureza das normas coletivas. Incorporação das cláusulas normativas aos contratos individuais de trabalho: entendimento atual do TST. Validade de cláusulas que envolvem matéria de medicina e segurança do trabalho. Condutas antissindicais. Greve: espécies e consequências. Lockout. Impactos da reforma trabalhista no direito coletivo do trabalho.			
Objetivos:			
Compreender os conceitos básicos sobre o sistema sindical brasileiro. Analisar a jurisprudência dos tribunais superiores no tocante ao direito coletivo do trabalho. Conhecer os conceitos fundamentais do direito coletivo do trabalho. Conhecer as características fundamentais dos direitos coletivos do trabalho e do sistema sindical brasileiro. Conhecer os deveres e obrigações dos sindicatos. Conhecer o pensamento doutrinário acerca do direito coletivo e sindical. Identificar os principais pontos sobre o tema a partir das normas internacionais de direito coletivo do trabalho. Compreender a estrutura sindical brasileira. Entender o mecanismo de solução de conflitos coletivos de trabalho.			
Habilidades e Competências:			
I - compreensão adequada e interdisciplinar do direito coletivo do trabalho no Brasil e no mundo; II - capacidade de reflexão crítica e sensível, bem como capacidade de abstração metafórica.			
Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:			
A disciplina Direito do Trabalho II serve como base do conhecimento do bacharel em Direito sendo indispensável para sua formação e para os processos de conhecimento do conjunto de normas que regem as relações jurídicas concernentes as relações de trabalho.			
Bibliografia Básica:			
MARTINEZ, Luciano. Curso de direito do trabalho. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. LIMA, Francisco Meton Marques de. Elementos do direito do trabalho e processo trabalhista. 12.ed. São Paulo: LTR. 2007. MARTINS, Sergio Pinto. Direito do trabalho. 25.ed. São Paulo: Atlas. 2009.			
Bibliografia Complementar:			
CASSAR, Vólia Bomfim. Direito do trabalho. 4.ed. Niterói: Impetus. 2010.			

BARROS, Alice Monteiro de. Curso de direito do trabalho. 4.ed. São Paulo: LTR. 2008.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito do trabalho. 22.ed. São Paulo: Saraiva. 2007.

DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de direito do trabalho. 6 ed. São Paulo: LTr, 2007.

MANU, Pedro Paulo Teixeira. Direito do trabalho. 11.ed. São Paulo: Atlas. 2007.

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
DIREITO TRIBUTÁRIO	80	4	
Ementa:			
Direito tributário: Introdução. Codificação e Fontes do direito tributário. Tributos. Sistema tributário. Limitações constitucionais ao poder de tributar – as imunidades e os princípios constitucionais tributários. Competência tributária. Impostos. Taxas. Contribuição de melhoria. Empréstimos compulsórios. Contribuições sociais. Distribuição de receitas tributárias. Legislação tributária.			
Objetivos:			
Conhecer os institutos e as normas gerais do direito tributário.			
Compreender os princípios inerentes ao Sistema Tributário Nacional.			
Conhecer as espécies de tributo.			
Habilidades e Competências:			
Compreensão, conhecimento.			
Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:			
A disciplina Direito Tributário I contribui para os objetivos do curso na medida em que informa ao futuro bacharel em Direito sobre as múltiplas facetas jurídicas do importantíssimo fenômeno da tributação.			
Bibliografia Básica:			
HARADA, Kiyoshi. Direito Financeiro e Tributário. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2013.			
ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Manual de direito tributário. 8 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2009.			
SABBAG, Eduardo. Manual de Direito Tributário. 8 ed. São Paulo. Ed. Saraiva, 2016.			
Bibliografia Complementar:			
MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. 28 ed. São Paulo: Malheiros, 2007.			
PAULO, Vicente. Manual de direito tributário. 8.ed. Rio de Janeiro, RJ: Método. 2009.			
CASSONE, Vítório. ROSSI, Júlio Cesar. CASSONE, Maria Eugênia Teixeira. Processo Tributário: Teoria e Prática. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2012.			
CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de direito tributário. 18.ed. São Paulo: Saraiva. 2007.			
AMARO, Luciano. Direito tributário Brasileiro. 13.ed. São Paulo: Saraiva. 2007.			

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA	40	2	
Ementa:			
Ciência: senso comum e ciência, tipos de conhecimento, método científico, ciência e espírito científico. Introdução ao planejamento da pesquisa científica. O Projeto de pesquisa (a escolha do tema, delimitação do problema, objetivos, hipóteses, justificativa, marco teórico, metodologia, cronograma e bibliografia. Introdução ao estudo da elaboração de monografias e textos científicos. Normas técnicas da ABNT.			
Objetivos:			
Compreender como se produz o conhecimento científico, diferenciando-o do senso comum; Entender como ocorre o processo de planejamento da pesquisa científica; Identificar quais as etapas a serem seguidas na construção do projeto de pesquisa; Compreender como ocorre o processo de elaboração de monografias e textos científicos; Verificar as normas Técnicas da ABNT.			
Habilidades e Competências:			
Reflexão crítica acerca da produção do conhecimento científico; Conhecer e executar as etapas de elaboração do projeto de pesquisa; Propiciar um maior entendimento teórico e técnico acerca das normas técnicas regidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT			
Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:			
A disciplina Metodologia da Pesquisa Jurídica contribui para os objetivos do curso na medida em que propicia o aluno à pesquisa científica e com maiores conhecimentos teóricos e técnicos de trabalhos acadêmicos.			
Bibliografia Básica:			
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008. ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à Metodologia do Trabalho Científico. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2009. MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2005			
Bibliografia Complementar:			
PRESTES, Maria Luci de Mesquita. A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia. 4.ed. São Paulo: Editora Rêspel, 2011. BITTAR, Eduardo C. B. Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito. 14. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2016. Demo, Pedro. Introdução à metodologia da ciência. 2.ed. São Paulo: Atlas. 2008. GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23.ed. São Paulo: Cortez, 2007.			

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
FILOSOFIA JURÍDICA	40	2	
Ementa:			
Definição e conceito da Filosofia do Direito. O problema da lógica ou do método no Direito. História			

do pensamento jurídico filosófico ocidental. Valor jurídico nos grandes filósofos ocidentais. Reflexão crítica do valor jurídico no mundo contemporâneo. Teoria da Justiça.
Objetivos:
<p>Informar os conceitos fundamentais e a evolução histórica da Filosofia.</p> <p>Estudar os principais pensadores da Filosofia, de forma a compreender a evolução do pensamento filosófico.</p> <p>Correlacionar a Filosofia com a Ciência Jurídica de modo a estabelecer um aprofundamento na compreensão do fenômeno jurídico</p> <p>Analisar os problemas jurídicos da atualidade com base na crítica filosófica, objetivando a formação do pensamento crítico nos alunos.</p>
Habilidades e Competências:
<p>Fazer com que o aluno compreenda os conceitos filosóficos básicos, instigando-o a uma crítica racional ao saber.</p> <p>Discutir os padrões éticos na sociedade atual, levando o aluno a perceber, pela constatação da evolução das teorias éticas contemporâneas, as modificações e novas significações da ética, analisando os problemas fundamentais do Direito na pós-modernidade à luz do saber jusfilosófico</p>
Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:
A Filosofia Jurídica cria indagações, com uma concepção mais crítica e racional, passando a uma postura de ética. Através do saber jusfilosófico.
Bibliografia Básica:
<p>FERRAZ Jr., Tercio Sampaio. Teoria da norma jurídica: Ensaio de pragmática da comunicação normativa. 4. Ed. Rio de Janeiro, 2008.</p> <p>REALE, Miguel. Filosofia do Direito. São Paulo: 20 Ed. Saraiva, 2009</p> <p>ADEODATO, João Maurício. Filosofia do Direito. São Paulo, 5 ed.: Saraiva, 2005</p>
Bibliografia Complementar:
<p>COELHO, Luiz Fernando. Fumaça do bom direito: ensaios de filosofia e teoria do direito. Curitiba: Bonijuris / JM Editora, 2011.</p> <p>BITTAR, Eduardo C. B.; ALMEIDA, Guilherme Assis de. Curso de Filosofia do Direito. 4. Ed. São Paulo, 2006.</p> <p>LIMA, Francisco Meton Marques de. Pensando direito: fundamentos filosóficos do direito. Rio de Janeiro: GZ Editora. 2012.</p> <p>BOBBIO, Norberto. O positivismo jurídico: Lições de filosofia do direito. São Paulo: Ícone. 2006.</p> <p>LUMIA, Giuseppe. Elementos de teoria e ideologia do direito. São Paulo: Martins Fontes. 2003.</p>

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
ÉTICA JURÍDICA GERAL E PROFISSIONAL	40	2	
Ementa:			
Introdução. Conceito de Ética . Ética e Moral. A Ética e o Direito. A Ética Profissional do Advogado: Código de Ética e Disciplina da OAB, Estatuto da Advocacia e da OAB. (Lei n. 8.906, de 04 de julho de 1994).			
Objetivos:			

Apresentar e discutir conceitos, origem e temas relevantes da Ética, enfatizando uma proposta de análise do passado e a Ética no momento atual, no intuito de proporcionar ao aluno condições para o entendimento e necessidade da Ética, da Moral e do Direito na sociedade contemporânea, especialmente quanto aos seguintes aspectos: origem da Ética, seus conceitos, diferenciação da Moral e do Direito, estabelecendo parâmetros quanto ao fundamento da Ética Profissional nas profissões jurídicas.

Enfocar os conteúdos ético-jurídicos no contexto histórico e contemporâneo, preparando os alunos para lidarem com o direito numa sociedade em mudança, atentos às necessidades sociais;

Propiciar ao aluno a compreensão da Ética como doutrina da vida bem sucedida, no âmbito pessoal e das relações sociais;

Compreender a Ética como regra condutora de comportamento;

Reconhecer a importância da Ética no exercício profissional;

Interiorizar a Ética própria das carreiras jurídicas. .

Habilidades e Competências:

1. Desenvolver uma visão ética da carreira jurídica explorando os valores humanos nas relações sociais basilares na atividade da advocacia e nas demais profissões jurídicas, no exercício profissional e em todas as vicissitudes da vida pessoal e profissional;
2. Compreender a importância dos referenciais deontológicos jurídicos na carreira da advocacia e demais profissões e o desenvolvimento da capacidade analítica do instituto legal que rege essa área profissional e sua aplicação prática no exercício da profissão jurídica escolhida.

Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:

A disciplina ética jurídica geral e profissional contribui para o desenvolvimento de uma visão ética da carreira jurídica explorando os valores humanos nas relações sociais basilares na atividade da advocacia e nas demais profissões jurídicas, no exercício profissional e em todas as vicissitudes da vida pessoal e profissional.

Bibliografia Básica:

NALINI, José Renato. Ética geral e profissional. 8.ed. São Paulo: Revistas dos tribunais. 2011.
 BITTAR, Eduardo C. B. Curso de ética jurídica: ética geral e profissional. 13.ed. São Paulo: Saraiva. 2016.
 PEGORARO, Olinto A. Ética e Justiça. 6 ed. Petrópolis: ed. Vozes, 2001.

Bibliografia Complementar:

FERRAZ, Sergio. Ética na advocacia: estudos diversos. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Forense. 2000. 273
 Perelman, Chaim. Ética e direito. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes. 2005
 SÁ, Antônio Lopes de. Ética profissional. 9 ed. São paulo: Atlas,2018

LÔBO, Paulo. Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BEZERRA, Paulo César Santos. Acesso à Justiça: um problema ético-social no plano da realização do direito. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

VALLS, Álvaro L.M. O que é ética. 9 ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
DIREITO DO CONSUMIDOR	40	2	
Ementa:			
Conceito de consumidor. Princípios gerais do direito do consumidor. Autonomia do direito do			

consumidor. Direitos do consumidor. Proteção contratual. Responsabilidade civil no direito do consumidor. Defesa do consumidor em juízo: ações individuais e coletivas. Práticas comerciais. Propaganda e consumo. Sanções administrativas e penais contra os fornecedores.
Objetivos:
<p>Facilitar a compreensão da sistemática do direito do consumidor.</p> <p>Contextualizar o direito do consumidor como um microssistema jurídico.</p> <p>Conhecer os direitos do consumidor protegidos constitucionalmente e elencados no CDC.</p> <p>Estudar a possibilidade de ressarcimento ao consumidor por danos sofridos em razão de vício de produto ou serviço. Possibilidade de danos morais. Hipóteses de desconsideração da personalidade jurídica. Examinar as hipóteses de excludentes de responsabilidade.</p> <p>Desconsideração da Personalidade Jurídica</p> <p>Compreender os contratos no sistema de consumo de repulsa ao abuso de direito (cláusulas abusivas), de limitação contratual, de respeito a boa-fé objetiva, de restrição da autonomia de vontade, na função social e revisão dos contratos.</p> <p>Analisar as situações que ocorrem extinção de direitos.</p> <p>Estudar as tutelas jurisdicionais em defesa do consumidor: Ação popular;</p> <p>Estudar as práticas que podem ultrajar e vilipendiar o consumidor especialmente quando possibilita ganho ao fornecedor.</p> <p>Reconhecer a publicidade e a propaganda permitidas no CDC.</p> <p>Conhecer as situações e as formas de aplicação das sanções administrativas previstas no CDC assim como as condutas definidas como crime</p>
Habilidades e Competências:
<ul style="list-style-type: none"> - compreensão adequada e interdisciplinar dos fenômenos políticos, sociais, econômicos, subjetivos e psicológicos, dentre outros, considerando-os na criação, interpretação e aplicação do Direito; - capacidade de reflexão crítica e sensível, bem como capacidade de abstração metafórica.
Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:
A disciplina direito econômico fornece aos alunos as ferramentas necessárias para compreender e analisar a disciplina e o regime jurídico das ações do Estado no domínio econômico, ao lume das normas constantes da Constituição Federal e das demais leis e regulamentos que versem sobre o tema.
Bibliografia Básica:
<p>NUNES, Luis Antonio Rizzatto. Curso de direito do consumidor. 10.ed. São Paulo: Saraiva. 2015.</p> <p>BARBOSA JÚNIOR, José Gil. O consumidor não é palhaço: temas em defesa do consumidor. Teresina: Edições Geração 70. 2002.</p> <p>FINKELSTEIN, Maria Eugênia Reis, Manual de direito do consumidor.rio de janeiro: elsevier,2018.</p>
Bibliografia Complementar:
<p>GARCIA, Leonardo de Medeiros. Direito do Consumidor: Código comentado e jurisprudência. 3 Ed. Niterói: Impetus, 2007.</p> <p>BRASIL. Código de defesa do consumidor: . Brasília: Senado Federal. [2014]</p> <p>ALMEIDA, João Batista de. A proteção jurídica do consumidor. 5.ed. São Paulo: Saraiva. 2006</p> <p>GAMA, Hélio Zaghetto. Curso de direito do consumidor. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense. 2006</p> <p>FILOMENO, José Geraldo Brito. Curso fundamental de direito do consumidor. São Paulo: Atlas. 2007.</p>

Período: NONO

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO	80	4	
Ementa:			
<p>Direito Internacional Público: Fundamentos. Evolução Histórica. Fontes. Tratados. Costumes. Atos Unilaterais. Estado. Soberania. Território. Litígios internacionais de justiça. Organizações Internacionais Especializadas e regionais. A pessoa física na ordem internacional. Relações Internacionais. O MERCOSUL. A União Europeia.</p> <p>Direito Internacional Privado: Introdução ao Direito Internacional Privado. As normas do Direito Internacional. Nacionalidade. Condição jurídica do estrangeiro. Cooperação Jurídica Internacional. Homologação de sentença estrangeira. Cartas rogatórias.</p>			
Objetivos:			
<p>Analisar a alocação científica do Direito Internacional Público dentro da realidade maior que é o Direito, intercalado com sua evolução histórica;</p> <p>Analisar as fontes do Direito Internacional Público, tendo como foco principal o processo de produção dos tratados internacionais;</p> <p>Conhecer os atores e sujeitos da ordem jurídica internacional;</p> <p>Analisar os elementos fundamentais dos Estados e suas imunidades;</p> <p>Identificar as características das organizações internacionais para compreensão de sua teoria geral, enfocando as principais organizações internacionais;</p> <p>Compreender a importância do direito internacional privado no cenário atual de intensificação das relações privadas entre pessoas de diferentes nações;</p> <p>Conhecer as normas que regulamentam a entrada e estadia do estrangeiro em um Estado soberano, bem como as causas de deportação, expulsão e extradição do mesmo;</p> <p>Conhecer as normas que regulamentam a nacionalidade, bem como os critérios de sua aquisição e perda;</p> <p>Compreender as relações internacionais e os conflitos internacionais, bem como a forma de solução dos conflitos de forma contextualizada com a realidade presente.</p>			
Habilidades e Competências:			
<ul style="list-style-type: none">- compreensão adequada e interdisciplinar dos fenômenos políticos, sociais, econômicos, subjetivos e psicológicos, dentre outros, considerando-os na criação, interpretação e aplicação do Direito;- capacidade de reflexão crítica e sensível, bem como capacidade de abstração metafórica.			
Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:			
<p>A disciplina direito internacional contribui para fornecer uma fundamentação teórica do fenômeno das organizações internacionais, possibilitando ao discente analisar os meios de resolução pacífica de controvérsias internacionais, bem como compreender os aspectos jurídicos da guerra e suas consequências e proporcionar o entendimento da proteção internacional dos direitos do homem.</p>			

Bibliografia Básica:
GUERRA, SIDNEY. CURSO DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO. 8 ED. SÃO PAULO: SARAIVA, 2015.
RECHSTEINER, BEAT WALTER. DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: TEORIA E PÁTICA. 16.ED. SÃO PAULO: SARAIVA. 2015.
PORTELA, PAULO HENRIQUE GONÇALVES. DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO: INCLUINDO NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E DE DIREITO COMUNITÁRIO. 6.ED. SALVADOR: JUSPODIVM. 2014
Bibliografia Complementar:
MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de Direito Internacional Público. 8 ed. São Paulo: RT, 2014.
PEREIRA, Bruno Yepes. Curso de direito internacional público. 2.ed. São Paulo: Saraiva. 2007.
MELLO, Celso D. de Albuquerque. Curso de Direito internacional público. 15.ed. Rio de Janeiro: Renovar. 2004.
SOUTO, Cláudio. Introdução crítica ao direito internacional privado. 2.ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris. 2000.
CASTRO, Amílcar de. Direito internacional privado. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense. 2008.

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	80	4	
Ementa:			
Dissídios individuais e coletivos. Processo de conhecimento. Sentença trabalhista. Recursos. Execução. Medidas cautelares. Ações Cíveis admissíveis na Justiça do Trabalho.			
Objetivos:			
<p>Desenvolver conhecimentos indispensáveis para o entendimento da organização e competência da Justiça do Trabalho, como também as especificidades referentes à matéria.</p> <p>Compreender os principais institutos e as diversas fases do processo do trabalho, tendo em vista sua autonomia e peculiaridades como ramo do Direito Processual.</p> <p>Entender como os institutos do direito processual comum se aplicam ao direito processual do trabalho na solução das causas submetidas à Justiça do Trabalho..</p>			
Habilidades e Competências:			
<p>Compreensão das peculiaridades do direito processual do trabalho como ramo autônomo do direito, partindo de seus fundamentos teóricos;</p> <p>Conhecimento das mais diversas formas de composição dos conflitos trabalhistas;</p> <p>Identificação da organização, composição, estrutura e competência dos órgãos que compõem o judiciário trabalhista brasileiro;</p> <p>Acompanhamento sistemático das ações de competência da Justiça do Trabalho, da fase de ajuizamento até a decisão final;</p> <p>Compreensão e utilização adequada dos meios recursais hábeis para recorrer na Justiça do Trabalho;</p> <p>Conhecer os requisitos para a execução e o reconhecimento das medidas de execução cabíveis no Processo do Trabalho;</p> <p>Conhecimento de ações processuais próprias da Justiça do Trabalho;</p> <p>Relação das ações civis perfeitamente aplicáveis na Justiça do Trabalho.</p>			

Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:
A disciplina Direito Processual do Trabalho é indispensável para a formação dos alunos e para os processos de conhecimento do conjunto de normas que regem as relações jurídicas concernentes as relações de trabalho.
Bibliografia Básica:
LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de direito processual do trabalho.14 ed. São Paulo: LTr,2016. SARAIVA, Renato. Curso de direito processual do trabalho. São Paulo: Método. 2008. MARTINS, Sergio Pinto. Direito processual do trabalho: doutrina e prática forense, modelos de petições, recursos, sentenças e outros.. 28.ed. São Paulo: Atlas. 2008.
Bibliografia Complementar:
GIGLIO, Wagner D. Direito processual do trabalho. 16.ed. São Paulo: Saraiva. 2007. NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito processual do trabalho .22 ed São Paulo: Saraiva,2001. SCHIAVI, Mauro. Manual de direito processual do trabalho. São Paulo: LTr,2008. PEREIRA, Leone. Processo do trabalho. São Paulo: Revista dos tribunais, 2016. PEREIRA, Leone. Manual de processo do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2017.

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	40	2	
Ementa:			
A Seguridade Social. O Financiamento da Seguridade Social. O Direito a Saúde. A Assistência Social. O Regime Geral de Previdência Social. O Regime Próprio dos Servidores Públicos. O Regime de Previdência Complementar. Os Benefícios da Legislação Especial. Os Crimes contra a Seguridade Social.			
Objetivos:			
<ul style="list-style-type: none"> Conhecer os institutos e as normas gerais do direito previdenciário; Compreender os princípios inerentes ao Sistema Nacional de Previdência Social; Diferenciar e caracterizar as contribuições sociais e o plano de benefícios da Previdência Social.			
Habilidades e Competências:			
Compreensão, conhecimento.			
Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:			
A disciplina Direito Previdenciário é indispensável para a formação dos alunos e para os processos de conhecimento dos princípios do Sistemas Nacional da Previdência Social.			
Bibliografia Básica:			
DOS SANTOS, Marisa Ferreira. Direito Previdenciário Esquematizado. Ed. 6. Saraiva, 2016 KERTZMAN, Ivan. Curso prático de direito previdenciário. 6.ed. Salvador: Juspodivm. 2009. CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. Curso de direito da seguridade social. 3.ed. São Paulo: Saraiva. 2007.			

Bibliografia Complementar:
TSUTIYA, Augusto Massayuki. Curso de direito da seguridade social. São Paulo: Saraiva, 2007. MARTINS, Sérgio Pinto. Direito da seguridade social. 25 ed. São Paulo: Atlas, 2008. MARTINEZ, Wladimir Novaes. Princípios de direito previdenciário. 4.ed. São Paulo - SP. São Paulo - SP: LTR. 2001. MARTINS, Sergio Pinto. Legislação previdenciária. 12.ed. São Paulo: Atlas. 2008. IBRAHIM, Fábio Zambitte. Curso de direito previdenciário. 12.ed. Rio de Janeiro: Impetus. 2008.

Período: DÉCIMO

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL	40	2	
Ementa:			
Constituição e Processo. Princípios Constitucionais do Processo. Jurisdição Constitucional. Ações destinadas à tutela de Direitos Fundamentais. Controle Jurisdicional da Constitucionalidade no Brasil. Poder Judiciário.			
Objetivos:			
Fornecer embasamento teórico para demonstrar a importância desse ramo do direito, bem como sua aplicação prática no mundo jurídico. Conhecer os princípios constitucionais que devem ser aplicados no processo judicial. Conhecer as diversas ações constitucionais, bem como a contribuição das mesmas para a consagração de direitos fundamentais. Fixar a organização do Poder Judiciário. Analisar o conteúdo da legislação aplicável ao processo constitucional.			
Habilidades e Competências:			
Compreender o Direito Processual Constitucional em seu contexto social e econômico, analisando a legislação, doutrina e jurisprudência, frente às lides advindas das relações humanas e da sociedade. Avaliar no caso concreto a aplicação dos institutos estudados e os princípios gerais do direito, ante o contexto e avanço da sociedade moderna.			
Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:			
A disciplina Direito Processual Constitucional é indispensável para a formação dos alunos na análise e compreensão da legislação doutrina e jurisprudência.			
Bibliografia Básica:			
BULOS, Uadi Lammego. Curso de Direito Constitucional. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2009. CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. Direito Processual Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2014. SIQUEIRA JUNIOR, Paulo Hamilton. Direito Processual Constitucional. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.			
Bibliografia Complementar:			
MENDES, Gilmar Ferreira. COELHO, Inocêncio Mártires, BRANCO, Paulo Gustavo Bonet. Curso de direito Constitucional. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2009. DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. Direito processual constitucional. 4.ed. São Paulo: Atlas. 2013. BARACHO, José Alfredo de Oliveira. Direito processual constitucional. Belo Horizonte: Fórum. 2006 CHIMENTI, Ricardo Cunha. Curso de direito constitucional. 2.ed. São Paulo: Saraiva. 2005. MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de direito constitucional. 2.ed. São Paulo: Saraiva. 2008.			

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
PROCESSO TRIBUTÁRIO (EXECUÇÃO FISCAL E PROCESSO ADMINISTRATIVO)	40	2	
Ementa:			
O Direito Tributário. Princípios do STN. Imunidade Tributária. Tributo e Tributação. Competência Tributária. Espécies de Tributos. Relação Jurídico-Tributária. Crédito Tributário. Impostos Federais, Estaduais e Municipais. Administração Tributária. Execução Fiscal. Processo Administrativo Tributário. Processo Judicial Tributário..			
Objetivos:			

Possibilitar um estudo sistematizado na área do Direito Processual Tributário; Introduzir o estudante nos debates travados no campo da Legislação Processual Tributária. Oferecer subsídios para uma análise do campo do Direito e da Legislação Processual Tributário.
Habilidades e Competências:
Compreensão, conhecimento
Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:
A disciplina Processo Tributário é indispensável para a formação dos alunos na análise e debates da Legislação Processual Tributária.
Bibliografia Básica:
HARADA, Kiyoshi. Direito Financeiro e Tributário. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2013. ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Manual de direito tributário. 8 ed. Rio de Janeiro: Método, 2009. SABBAG, Eduardo. Manual de Direito Tributário. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
Bibliografia Complementar:
MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. 28 ed. São Paulo: Malheiros, 2007. CASSONE, Vitorio. ROSSI, Júlio Cesar. CASSONE, Maria Eugênia Teixeira. Processo Tributário: Teoria e Prática. 12 ed. São Paulo. Atlas, 2012. MAZZA, Alexandre. Tributário #na prática. São Paulo: Saraiva. 2015. CHIMENTI, Ricardo Cunha. Direito tributário: com anotações sobre direito financeiro, direito orçamentário e lei de responsabilidade fiscal. 11.ed. São Paulo: Saraiva. 2007. COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de direito tributário brasileiro. 9 ed. Rio de Janeiro: Forense. 2007.

Disciplinas Optativas

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
LIBRAS	80	4	
Ementa:			
A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), na perspectiva da educação inclusiva e da educação bilíngüe, priorizando o desenvolvimento dos alunos e o processo de aprendizagem. A LIBRAS a partir dos estudos semióticos e lingüísticos, destacando-a como a primeira língua da pessoa surda. Distinção dos aspectos estruturais e pragmáticos da Língua Portuguesa e da LIBRAS.			
Objetivos:			
Abordar as mais freqüentes questões que envolvem a prática docente nos diversos níveis da educação básica e a inclusão pedagógica de pessoas com deficiência. Analisar os desafios postos à formação docente, no que diz respeito à construção de um espaço educacional inclusivo e propõe o uso de estratégias diferenciadas para o ensino.			
Habilidades e Competências:			
I - leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas; II - interpretação e aplicação do Direito; III - pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito; IV - adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos; V - correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito; VI - utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica; VII - julgamento e tomada de decisões; VIII - domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito; IX - compreensão adequada e interdisciplinar dos fenômenos políticos, sociais, econômicos, subjetivos e psicológicos, dentre outros, considerando-os na criação, interpretação e aplicação do Direito; X - capacidade de reflexão crítica e sensível, bem como capacidade de abstração metafórica; XI - compreensão e interrelacionamento dos fundamentos filosóficos, axiológicos e teóricos do Direito com sua aplicação prática.			
Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:			
A disciplina libras contribui para que o aluno desenvolva habilidades básicas de comunicação na Língua Brasileira de Sinais e o reconhecimento da pessoa surda como integrante de uma comunidade minoritária, usuários de uma língua de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, oriunda de comunidades de surdos.			
Bibliografia Básica:			
LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de & GÓES, Maria Cecília Rafael de. (org) Surdez: processos educativos e subjetividade . São Paulo: Ed. Lovise, 2000. SACKS, Oliver W. , 1933, Vendo Vozes: Uma viagem no mundo dos surdos , São Paulo. Companhia das Letras, 1998. SKLIAR, Carlos (org.). Um olhar sobre as diferenças . Porto Alegre: Ed. Mediação, 1998.			

Bibliografia Complementar:

CANDAU, V. M. F. (org.). **Rumo a uma nova didática**. Petrópolis: Vozes, 1993.
LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1992.
NOVAES, Edmárcius Carvalho. **Surdos**: educação, direito e cidadania. São Paulo: Wak, 2010.
QUADROS, R. M. de **Educação de Surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre. Artmed, 1997.
VEIGA, I. P. A.; ARAUJO, José C. S.; KAPUZINIÁK, Célia. **Docência**: uma Construção Ético-Profissional. Campinas: Papirus, 2005.

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
TEMAS ESPECIAIS EM DIREITO I	40	2	
Ementa:			
Promover o debate e a reflexão acerca de temas jurídicos contemporâneos. A repercussão geral das decisões provenientes dos tribunais. A vanguarda de decisões na defesa de direitos fundamentais.			
Objetivos:			
Gerais: Discutir os princípios éticos envolvidos nos temas apresentados. Conhecer a política e a legislação voltada às questões levantadas. Específicos: Estimular o perfil crítico jurídico do aluno do curso de Direito. Incentivar a pesquisa doutrinária e jurisprudencial.			
Habilidades e Competências:			
I - utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica; II - julgamento e tomada de decisões; III - compreensão adequada e interdisciplinar dos fenômenos políticos, sociais, econômicos, subjetivos e psicológicos, dentre outros, considerando-os na criação, interpretação e aplicação do Direito; IV - capacidade de reflexão crítica e sensível, bem como capacidade de abstração metafórica;			
Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:			
Esta disciplina serve como base do conhecimento do discente enquanto lhe fornece elementos críticos para a avaliação dos temas jurídicos contemporâneos.			
Bibliografia Básica:			
MITIDIERO, Marinoni Arenhart. Novo Curso de Processo Civil. Vol. 2. 2ª Edição, 2016. JAKOB Günther. Direito Penal do Inimigo. Livraria do Advogado. GRECO, Rogério. Direito Penal do Equilíbrio. Editora Impetus.			
Bibliografia Complementar:			
SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. Direito Constitucional Ambiental.			

Constituição, Direitos Fundamentais e Proteção do Meio Ambiente. 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

MARMELSTEIN, George. Curso de Direitos Fundamentais. 6ª edição. Editora Atlas, 2016.

Nome da Disciplina	CH Total	CH Semanal	
		T	P
TEMAS ESPECIAIS EM DIREITO II (RELAÇÕES ÉTNICAS E RACIAIS: DIÁLOGOS COM A CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA)	40	2	
Ementa:			
A construção histórica da idéia de raça. Identidade africana. Desigualdades raciais e realização socioeconômica: uma análise das mudanças recentes. Cultura afro-brasileira e africana. Cultura indígena.			
Objetivos:			
Analisar as relações étnicas e raciais a partir de um histórico de como os afrodescendentes foram e são tratados em nosso meio, seja pelo viés da discriminação, seja pela ausência de políticas públicas que correspondam às suas reais necessidades.			
Desenvolver atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.			
Habilidades e Competências:			
I - leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas; II - interpretação e aplicação do Direito; III - pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito; IV - adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos; V - correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito; VI - utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica; VII - julgamento e tomada de decisões; VIII - domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito; IX - compreensão adequada e interdisciplinar dos fenômenos políticos, sociais, econômicos, subjetivos e psicológicos, dentre outros, considerando-os na criação, interpretação e aplicação do Direito; X - capacidade de reflexão crítica e sensível, bem como capacidade de abstração metafórica; XI - compreensão e inter-relacionamento dos fundamentos filosóficos, axiológicos e teóricos do Direito com sua aplicação prática.			
Contribuições da disciplina para atingir o objetivo do curso:			

Esta disciplina serve como base do conhecimento do discente enquanto lhe fornece elementos críticos para a avaliação dos elementos étnicos e raciais do povo brasileiro. Auxiliando-o na crítica em seu ambiente de trabalho e na sociedade em que vive.

Bibliografia Básica:

FREYRE Gilberto. **Casa grande e senzala**. São Paulo: Global, 2005.

_____. **Sobrados e Mucambos**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1990.

THORNTON, J. **A África e os africanos na formação do Mundo Atlântico**: 1400-1800. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1999. 11ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1999.

BRASIL. **Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003 que altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003.

FERREIRA, Ricardo Francklin. **Afro-descendente**: Identidade em construção. Rio de Janeiro - RJ: Pallas, 2000.

Estruturação dos estágios

Componentes curriculares do Eixo de Formação Prática	
Prática Jurídica I – Civil 7º período	Prática Jurídica II – Administrativo e Empresarial 8º período
Prática Jurídica III – Penal 9º período	Prática Jurídica IV – Trabalho 10º período

a) PRÁTICA JURÍDICA I – CIVIL

CARGA HORÁRIA: 80 h

EMENTA	Realização de atividades práticas profissionalizantes simuladas relativas à atuação em processos judiciais de natureza cível. Visitas orientadas ao Juizado Cível, tribunais, órgãos do Ministério Público, Defensoria Pública, OAB e Cartórios. Exame de autos judiciais. Comparecimento a audiências e sessões do tribunal. Elaboração de peças jurídicas. Noções sobre exercício profissional dos diversos operadores jurídicos.
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none">• Compreender os requisitos essenciais dos institutos materiais e processuais cíveis concernentes aos aspectos práticos das situações simuladas;• Resolver situações apresentadas através da elaboração de peças processuais cíveis;• Analisar criticamente os problemas formulados com fulcro no raciocínio processual.
HABILIDADES E COMPETÊNCIAS	Compreensão, conhecimento.
Bibliografia Básica:	
NISHIYAMA, Adolfo Mamoru. Manual de prática forense. 2.ed. São Paulo: Atlas. 2006. CAMARA, Alexandre Freitas. Lições de direito processual civil. 24.ed. São paulo: Atlas. 2013. ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Claudino de. Prática no processo civil: cabimento, ações diversas, competência, procedimentos, petições, modelos. 11.ed. São Paulo: Atlas. 2008	
Bibliografia Complementar:	
MENNA, Fábio de Vasconcellos. Prática civil. São Paulo: Premier Máxima. 2007. SANTOS, José Carlos Van Cleef A. Manual de direito civil. São Paulo: Revista dos tribunais, 2014. AGUIRRE, João. Prática civil. São Paulo: Saraiva, 2018. HARTMANN, Rodolfo Kronenberg. Petições e prática civil. Niterói: Impetus, 2018. VIANA, Joseval Martins. Prática forense em processo civil. Salvador: Juspodivm, 2018.	

b) PRÁTICA JURÍDICA II – ADMINISTRATIVO E EMPRESARIAL**CARGA HORÁRIA: 80 h**

EMENTA	Recursos Administrativos. Parecer Jurídico. Mandado De Segurança E Ação Ordinária Em Matéria Administrativa. Ação De Desapropriação. Ação Indenizatória Por Danos Materiais E Morais Contra Administração Pública. Prática De Licitações E Contratos Administrativos. Ação Popular. Mandado De Injunção. Agravo De Instrumento. Recursos Extraordinário. Recurso Especial. Ação Civil Pública. Revisão De Pontos Essenciais De Direito Material.
OBJETIVOS	Desenvolver a habilidade de identificação e elaboração de peças processuais. Identificar o problema jurídico através de estudo de caso. Compreender aspectos fáticos e selecionar o instrumento jurídico-processual apto a produzir efeitos Redigir peças processuais observando a melhor técnica forense; Consultar a legislação apropriada ao caso; Argumentar juridicamente com apoio na legislação; Elaborar um texto que indique conhecimento da técnica profissional e capacidade de interpretação.
HABILIDADES E COMPETÊNCIAS	I- Possibilitar uma visão da práxis do Direito Administrativo e Empresarial de modo a desenvolver competências e habilidade, dotando o operador do direito de instrumentos jurídicos apto a alcançar a tutela pretendida; II- Desenvolver nos alunos a capacitação técnica necessária para a elaboração de peças processuais, através da análise da casuística apresentada.
Bibliografia Básica:	
GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2016. ALEXANDRINO, Marcelo, PAULO, Vicente. Direito Administrativo Descomplicado. 20 Ed. São Paulo: Método, 2012.	
Bibliografia Complementar:	
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 25 Ed. São Paulo: Malheiros, 2008. CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 21 ed. São Paulo: Lumen Juris: 2009. MAMEDE, Gladston. Manual de direito empresarial. 2. ed. São Paulo: Atlas. 2007. OLIVEIRA, Cláudio Brandão de. Manual de direito administrativo. 3.ed. Rio de Janeiro: Impetus. 2006. COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de direito comercial: direito empresa. 26.ed. São Paulo - SP: Saraiva. 2014.	

c) PRÁTICA JURÍDICA III – PENAL

CARGA HORÁRIA: 80 h

EMENTA	Trabalhos simulados orientados de prática jurídica penal, em sua essência no campo forense, com noções sobre o exercício profissional dos diversos operadores do direito, em especial, o advogado militante na área criminal.
OBJETIVOS	<ol style="list-style-type: none">1. Preparar o aluno para a prática real bem como para a lide forense diária.2. Compreender os aspectos teóricos que permeiam a prática forense.3. Orientar os acadêmicos de direito na elaboração de peças jurídicas necessárias ao exercício profissional na área do Direito Penal, em todas as esferas institucionais.4. Favorecer uma compreensão dinâmica e crítica das principais atividades do advogado criminalista, bem como suas diversas relações com os outros ramos do Direito.5. Estimular o pensamento crítico e independente para a interpretação e aplicação prática das normas processuais penais, considerando o contexto social vigente, bem como as orientações doutrinárias e jurisprudenciais.
HABILIDADES E COMPETÊNCIAS	<p>1.Competências:</p> <ul style="list-style-type: none">• Conhecer os requisitos formais das principais peças processuais que devem ser elaboradas no âmbito da Justiça, necessárias para a participação e atuação dos profissionais da área criminal.• Ser capaz da realização prática de conteúdos teóricos. <p>2.Habilidades</p> <ul style="list-style-type: none">• Redigir peças processuais da área penal;• Exercitar o manuseio da legislação pertinente, jurisprudencial e autos findos;• Analisar os casos práticos, envolvendo estudo das decisões proferidas pelos Tribunais;• Desenvolver a postura ético-profissional.

Bibliografia Básica:

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Prática de processo penal**. 28 Ed. São Paulo: Saraiva. 2007.

CAPEZ, Fernando. COLNAGO, Rodrigo Henrique. **Prática Forense Penal**. 8 ed. Saraiva, 2016.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Prática forense penal**. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2007.

Bibliografia Complementar:

SILVA, Ivan Luis Marques da. **Passe na OAB 2ª fase FGV - Prática penal**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

NOVAES, Felipe. **Manual de prática penal**. São Paulo: Método, 2018.

COSTA, Adrino Sousa. **Prática policial sistematizada**. 3. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2018.

RANGEL, Paulo. **A redução da menor idade penal. Avanço ou retrocesso social? a cor do sistema penal brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2015.

FISCHER, Fernanda Salles. **Prática processual penal: exame da ordem**. São Paulo: Saraiva, 2015.

d) PRÁTICA JURÍDICA IV – TRABALHO**CARGA HORÁRIA: 80 h**

EMENTA	Petição inicial trabalhista. Contestação nas reclamações trabalhistas. Audiência de conciliação. Instrução e julgamento. Recursos trabalhistas. Liquidação da sentença. Execução Trabalhista. Desempenho da atividade prática real sob a forma de estágio em empresas, órgãos públicos, escritórios e no Núcleo de Assistência Jurídica da Faculdade, sob a orientação de professores, nas áreas de especialização em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho.
OBJETIVOS	Proporcionar ao educando o conhecimento sobre os pontos do programa, visando dar-lhes condições de analisar e solucionar problemas jurídicos referentes ao Direito do Trabalho e do Direito Processual do Trabalho na prática. Ensejar a prática do direito do trabalho e direito processual do trabalho através do conhecimento dos atos e decisões desta justiça especializada.
HABILIDADES E COMPETÊNCIAS	Compreender o Direito do Trabalho e o Direito Processual do Trabalho, analisando a legislação, doutrina e jurisprudência, frente às lides de competência da Justiça do Trabalho. Avaliar no caso concreto a aplicação da legislação trabalhista e elaborar a peça processual indicada.

Bibliografia Básica:

MARTINS, Sergio Pinto. Direito do trabalho. 25 ed. São Paulo. Atlas, 2009.
PEREIRA, Leone. Manual de Processo do Trabalho. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
BRASIL. Constituição. Leis. Constituição da República Federativa do Brasil. 2015

Bibliografia Complementar:

MALTA, Christovão Piragibe Tostes. Prática do processo trabalhista. 35.ed. São Paulo: LTR. 2008.
DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. 6 ed. São Paulo: LTR, 2007.
NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito Processual do Trabalho. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
GIGLIO, Wagner D. Direito Processual do Trabalho. 16 ed. São Paulo: Saraiva. 2007.
LIMA, Francisco Meton Marques de. Elementos de direito do trabalho e processo trabalhista. 12 ed. São Paulo: LTR, 2006.

Trabalho de Conclusão de Curso

MONOGRAFIA JURÍDICA: 80h

Ementa:
Pesquisa bibliográfica, Estrutura da Monografia Jurídica. Redação da Monografia Jurídica. Coesão e coerência textual. Raciocínio e argumentação. Apresentação gráfica da Monografia. Elaboração de referências bibliográficas.
Bibliografia Básica:
BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para cursos de direito. 14.ed. São Paulo: Saraiva. 2016. LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 6.ed. São Paulo: Atlas. 2008. RUDIO, F. V. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 24 ed. São Paulo: Vozes, 2008.
Bibliografia Complementar:
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23.ed. São Paulo.: Cortez. 2007. DEMO, Pedro. Introdução à metodologia da ciência. 2.ed. São Paulo: Atlas. 2008. ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Informação e documentação – Referências – Elaboração. NBR 6023 PRESTES, Maria Luci de Mesquita. A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia. 4.ed. São Paulo: Editora Rêspel. 2011. Gil, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

No Curso de Direito da Faculdade das Atividades Empresariais de Teresina, o Trabalho de Conclusão de Curso se dará sob a forma de Monografia, alicerçando no mesmo a iniciação científica do aluno, utilizando os instrumentos de pesquisa e de reflexão necessários à consolidação de seus conhecimentos, demonstrando, assim, o ápice da sua maturidade acadêmica.

A monografia deve ser realizada de acordo com procedimentos científicos adequados (regras da ABNT), possuir relevância social, fundamentação lógica e teórica, além de ser original e criativa.